



Gestão Participativa

RELATÓRIO DE GESTÃO PARTICIPATIVA

Data: 31/07/2023



Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

Presidente: Desembargador Hilo de Almeida Sousa.

Magistrado Gestor de Metas (quando houver): Dr. Luiz de Moura Correia – Juiz Auxiliar da Presidência do TJPI e Dr. Thiago Brandão de Almeida – Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

Assessor de Gestão Estratégica: Lara Larissa de Araújo Lima Bonfim – Secretária de Gestão Estratégica do TJPI.

Responsável pelos processos participativos: Andréia Irene de Oliveira, Ademir Dourado Sampaio, Janaína Dias Nogueira e Paulo Sérgio Rodrigues Leite.



ORIENTAÇÕES GERAIS

Este modelo de relatório deverá ser utilizado pelos órgãos participantes do Prêmio CNJ de Qualidade 2023 para fins de comprovação da realização de atividades com ampla participação de magistrados e servidores, e também da sociedade, as quais contribuíram para a gestão participativa e democrática **na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário**, conforme disposto na Portaria CNJ n. 82/2023, inciso II, art. 5º, bem como o disposto no Anexo I que regulamenta o Prêmio.

Todas as seções são de preenchimento obrigatório, com exceção da “Seção – Considerações Gerais”, destinada a informações adicionais sobre o processo participativo consideradas relevantes pelo tribunal.

A lista de presença e a ata de deliberação, ou documento similar, de cada atividade são documentos essenciais para comprovação da realização das atividades e deverão ser enviadas em anexo ao final do Relatório e devidamente identificadas. Considerando a realização de atividades de forma virtual, a lista de presença poderá ser substituída por relatório/documento emitido de plataformas digitais ou redigido pelo órgão, devendo constar o número de colaborações obtidas e o perfil geral dos participantes.

Neste relatório deverão constar apenas as atividades participativas realizadas no período entre **1º de janeiro e 31 de julho de 2023**, conforme determinado no anexo I referente ao inciso II do art. 5º do Regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade. Atividades fora desse prazo serão desconsideradas.

Todas as atividades participativas realizadas deverão ser consolidadas em **relatório único**. Portanto, o tribunal deverá encaminhar apenas **um** Relatório de Gestão Participativa, em formato “pdf”.

Não serão pontuadas, no requisito do inciso II, do art. 5º, as atividades não relacionadas diretamente à gestão participativa **na elaboração das Metas Nacionais** do Poder Judiciário do CNJ, tais como:

- Reunião de Análise da Estratégia (RAE);
- Eventos de Capacitação (cursos, palestra, seminários, etc.);
- Reuniões ordinárias de Comitês;
- Reuniões ordinárias de planejamento e preparação do Processo Participativo;
- Eventos realizados pelo CNJ (Reunião Preparatória para o Encontro Nacional, entre outros);
- Pesquisas relacionadas a gestão organizacional;
- Pesquisas relacionadas a revisão do planejamento estratégico;
- Atividades com objetivo de cumprir políticas judiciárias;
- Processos participativos contendo temas diversos da “Formulação das Metas Nacionais”.



Gestão Participativa

Ressalta-se a importância do preenchimento de todos os campos da(s) atividade(s) mencionadas pelo tribunal. Caso não seja possível o preenchimento completo, deve-se justificar a ausência no campo “Observações” da atividade.

A ausência de informações e/ou documentos comprobatórios poderá acarretar perda de pontos ou, até mesmo, a não pontuação do item.

Importante ressaltar que o objetivo das atividades participativas na elaboração das metas é ampliar a participação de magistrados e servidores, e quando possível envolver a sociedade. Assim, para a atividade ser considerada válida e consequentemente receber a pontuação pleiteada, é necessário restar comprovada a agregação dos atores no processo participativo.

A realização de fracionamento do público-alvo, ou seja, aplicar a mesma modalidade de atividade participativa em diferentes públicos ou divulgá-la em diferentes meios de transmissão, de forma a serem criadas novas atividades participativas, **NÃO SERÁ CONSIDERADA VÁLIDA** para pontuação do quesito na premiação, visto que esse fato descaracteriza o propósito do processo participativo.



Gestão Participativa

ATIVIDADES REALIZADAS

Liste as atividades realizadas pelo tribunal entre 1º de janeiro e 31 de julho de 2023.

Caso o tribunal tenha realizado mais de uma atividade deverá explicitar cada uma, conforme modelo a seguir:

ATIVIDADE 1: CONSULTA PÚBLICA a Magistrados(as), Servidores(as), Advogados(as), Membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Cidadãos em adesão à iniciativa do TJBA.

MODALIDADE UTILIZADA

Art. 5, II, "a": Consulta Pública.

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

10 a 23 de julho de 2023, em meio eletrônico, através da disponibilização de formulário via site oficial do TJBA, por meio do link de acesso amplamente divulgado no site do TJPI.

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau			
	10	116	19	Membros do MP: 6 Advogados: 17

OBSERVAÇÕES:

Sem Observações.



Gestão Participativa

ATIVIDADE 2: REUNIÃO ENVOLVENDO MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS) DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS, REALIZADA EM UMA OFICINA DE GESTÃO PARTICIPATIVA NA ELABORAÇÃO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO, POR OCASIÃO DO I ENCONTRO REGIONAL DE TRABALHO DO TJPI.

MODALIDADE UTILIZADA

Art. 5º, II, “c”: *reunião ou videoconferência que envolva magistrados(as) e servidores(as) de primeiro e segundo graus.*

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

26 de maio de 2023, presencialmente na cidade de São Raimundo Nonato - PI durante a realização do I ENCONTRO REGIONAL DE TRABALHO do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	20	1	0
08	06			

OBSERVAÇÕES:

Por precaução, a frequência foi registrada de duas formas: virtual e por escrito.

Foi realizada uma atividade prática em grupo, na qual os participantes responderam a um questionário relacionado à elaboração das Metas Nacionais 2024. O relatório encontra-se anexo.



Gestão Participativa

ATIVIDADE 3: VIDEOCONFERÊNCIA RESTRITA A MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS) ESPECÍFICOS DE UNIDADES TÉCNICAS DO TRIBUNAL

MODALIDADE UTILIZADA

Art. 5º, II. “d”): Reunião ou videoconferência restrita a magistrados(as) e servidores(as) específicos de unidades judiciárias ou de unidades técnicas do Tribunal.

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

19 de julho de 2023, em ambiente virtual através de videoconferência (plataforma teams).

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau			
02	0	15	0	Estagiária: 01 Terceirizada: 01

OBSERVAÇÕES:

Sem observações.



Gestão Participativa

ATIVIDADE 4: ATIVIDADE COM PARTICIPAÇÃO DE OUTROS TRIBUNAIS, REALIZADA POR OCASIÃO DO ENCONTRO NACIONAL DA REDE DE GOVERNANÇA COLABORATIVA DO PODER JUDICIÁRIO – Rumo à Excelência na Gestão Pública.

MODALIDADE UTILIZADA

Art. 5º, II, “e”: Reunião ou videoconferência ou atividade realizada com a participação de outros Tribunais.

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

10 e 11 de julho de 2023, realizado presencialmente no auditório Desembargadora Olny Silva, na sede do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia na cidade de Salvador - BA.

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	102	05	0
15	08			

OBSERVAÇÕES:

Sem observações.



CONSIDERAÇÕES GERAIS

Sem considerações.



ANEXO I - ATIVIDADE 1

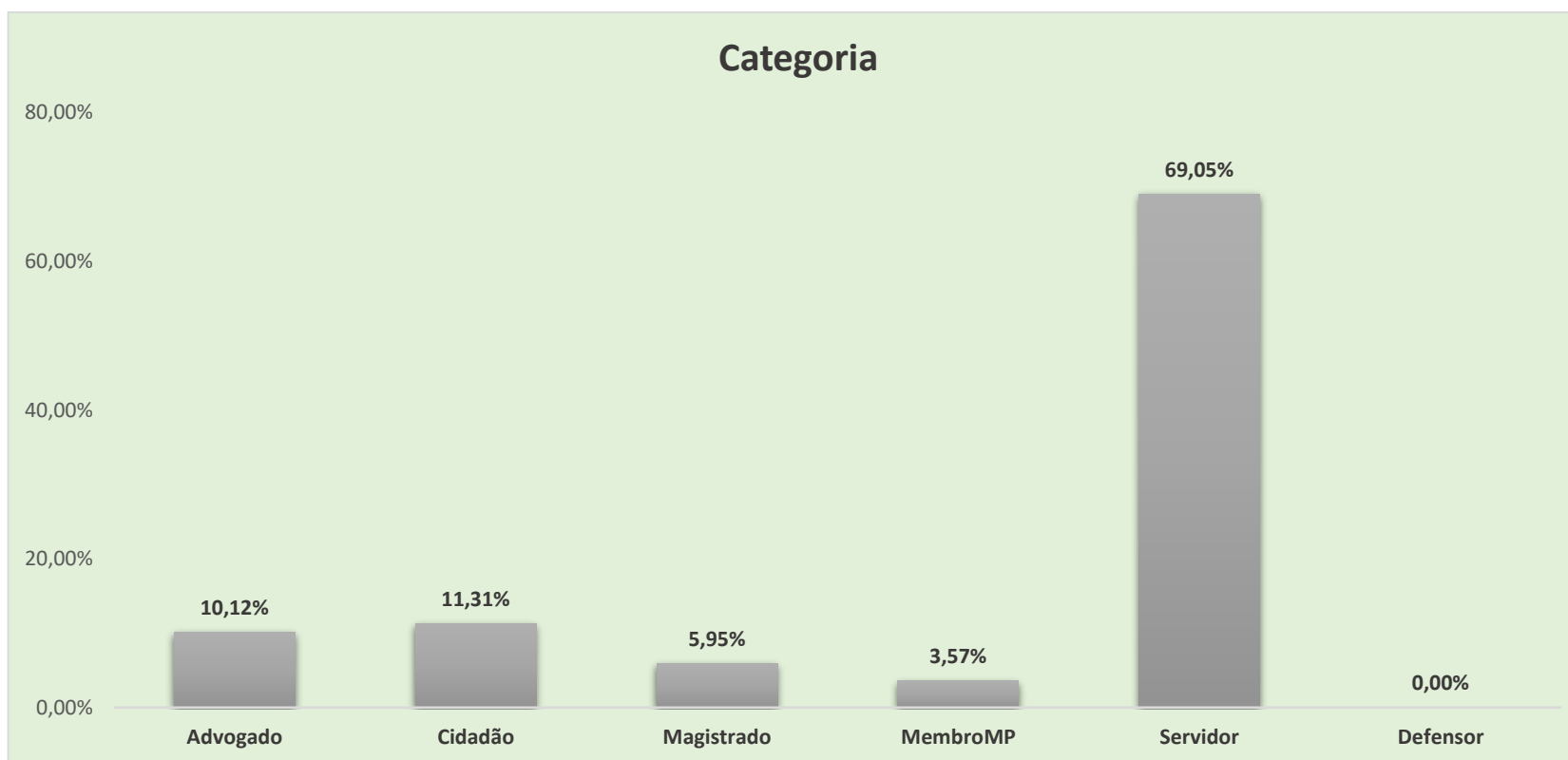
- Relatório da Consulta Pública de ampla abrangência;
- Lista de presença.

GESTÃO PARTICIPATIVA

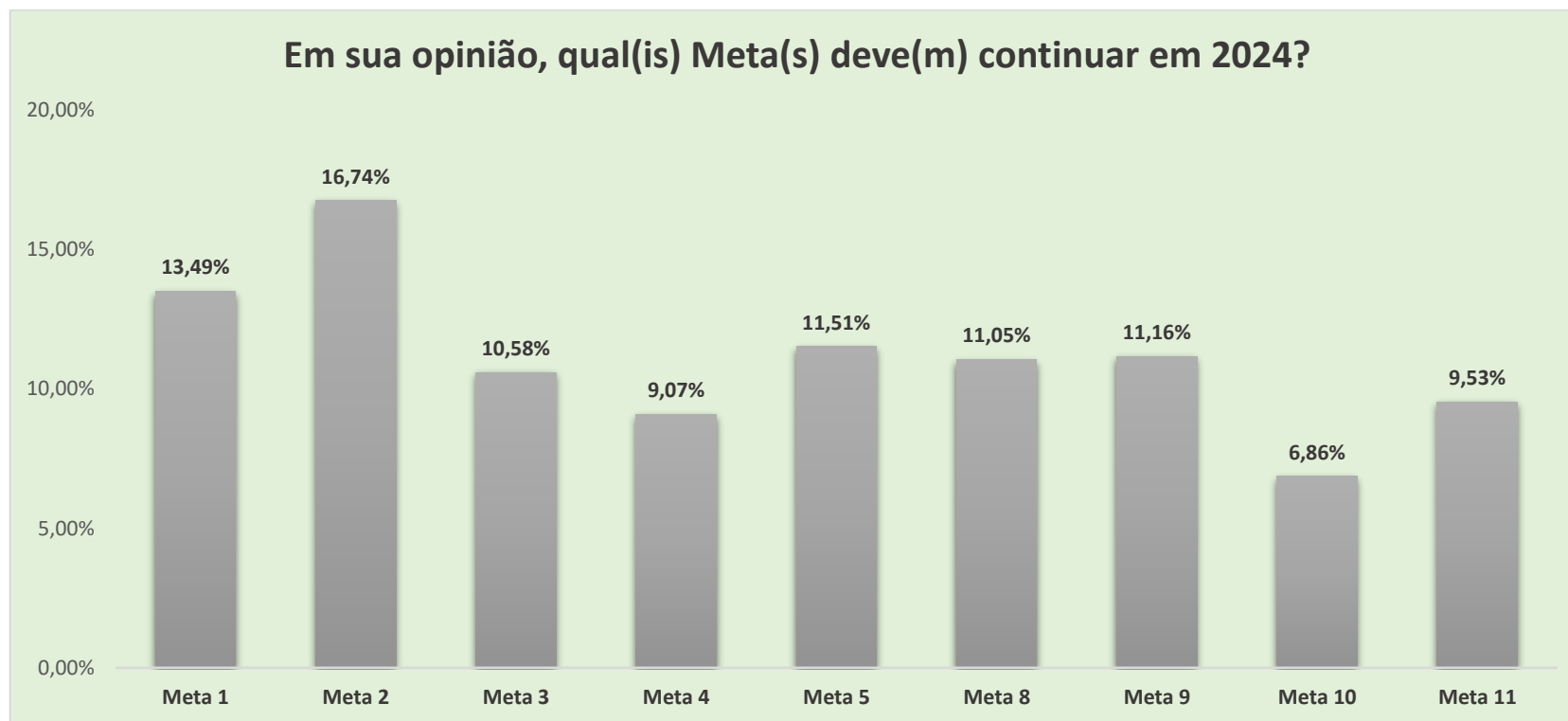
RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA SOBRE AS METAS NACIONAIS 2024

TJPI

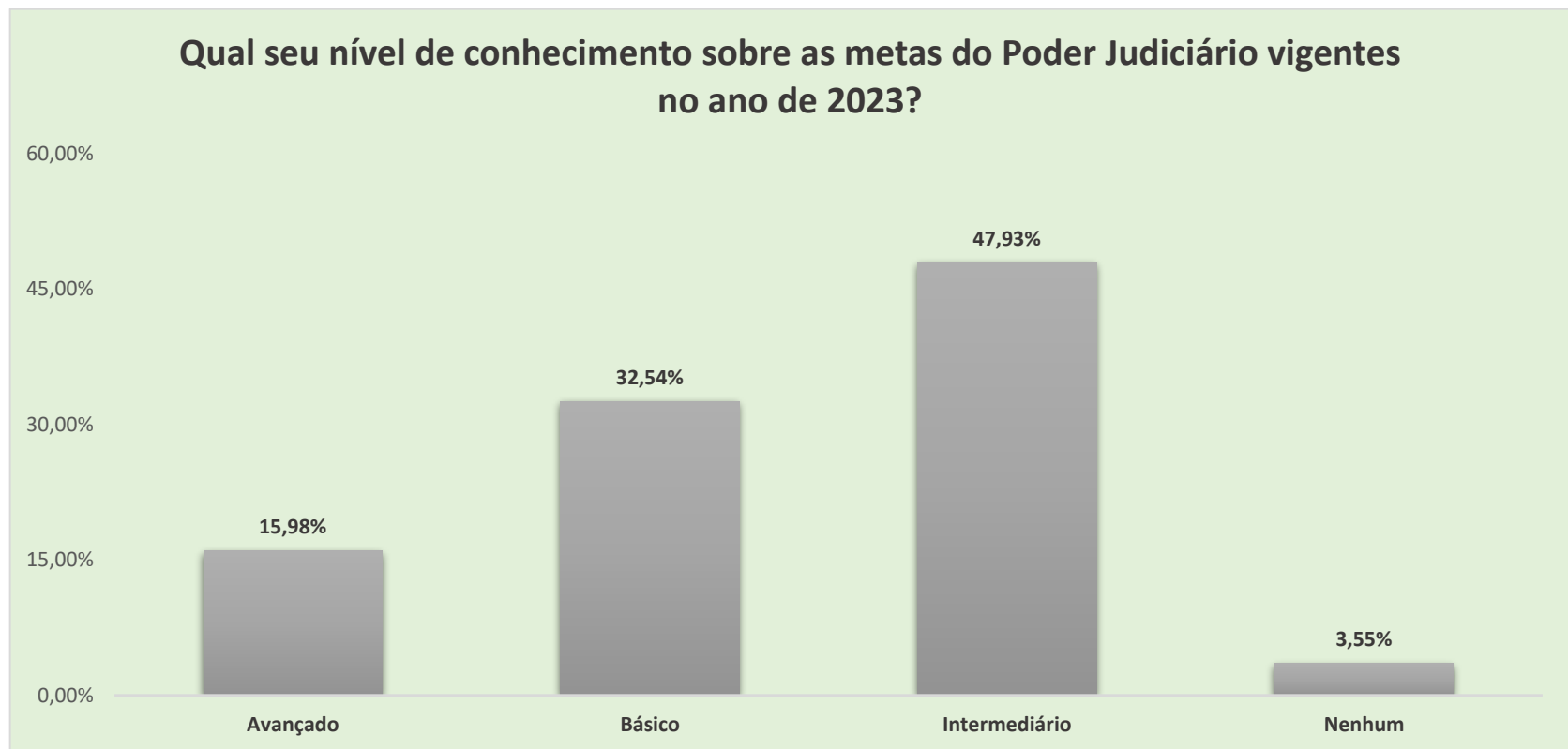
Categoria	Total
Advogado	17
Cidadão	19
Magistrado	10
Membro MP	6
Servidor	116
Defensor	0
Total Geral	168



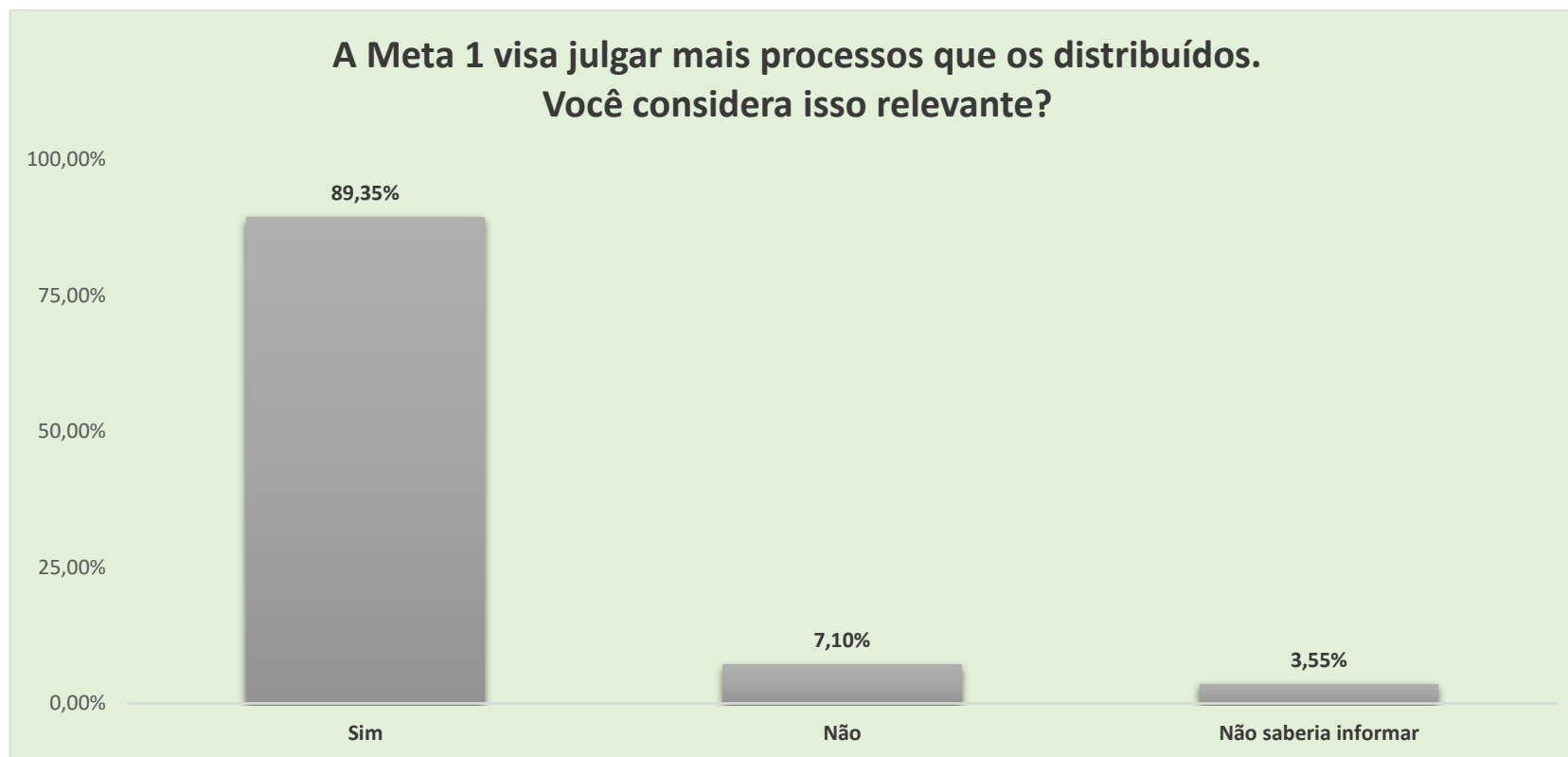
Em sua opinião, qual(is) Meta(s) deve(m) continuar em 2024?	Total
Meta 1	116
Meta 2	144
Meta 3	91
Meta 4	78
Meta 5	99
Meta 8	95
Meta 9	96
Meta 10	59
Meta 11	82
Total Geral	860



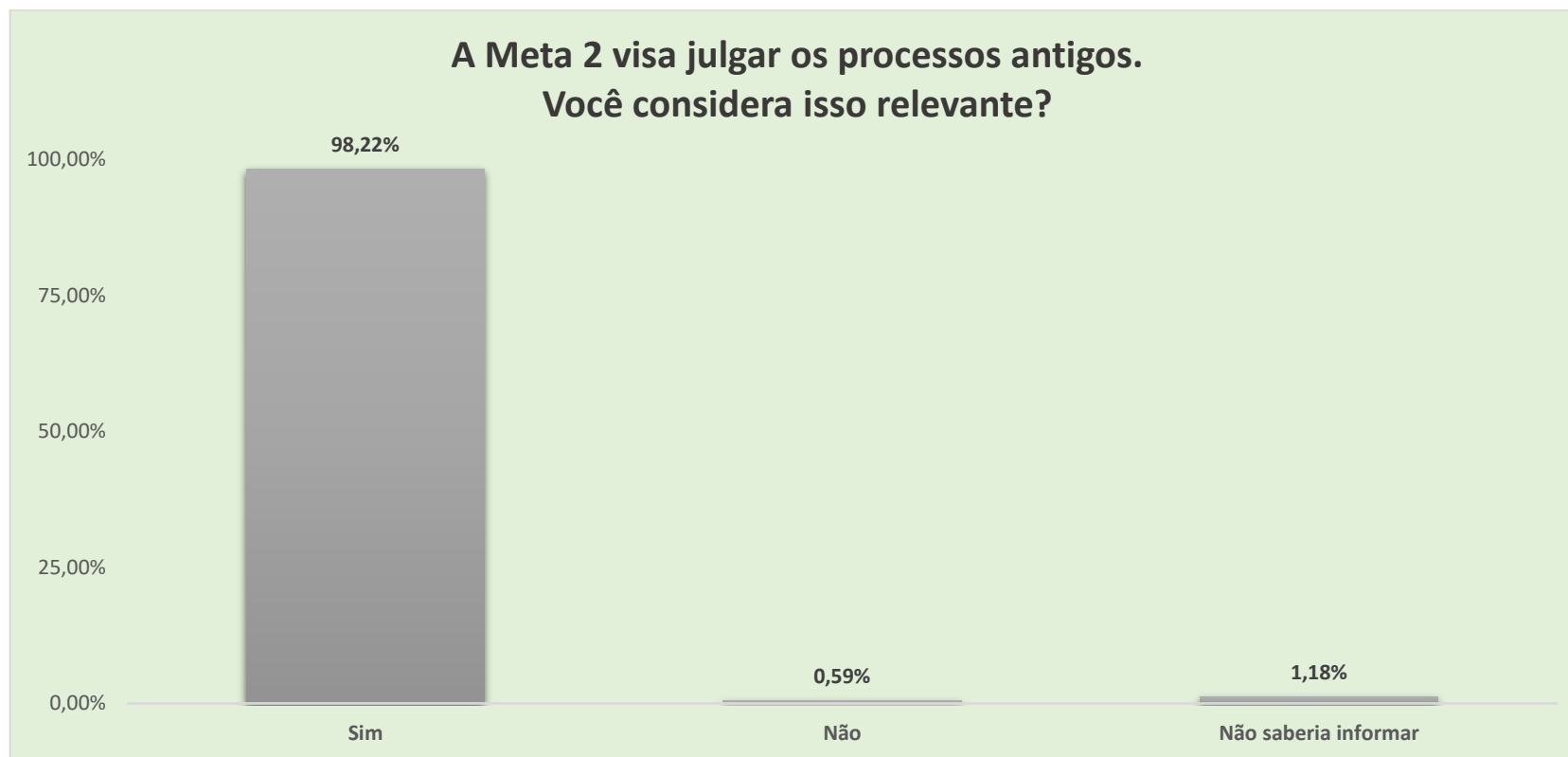
Qual seu nível de conhecimento sobre as metas do Poder Judiciário vigentes no ano de 2023?	Total
Avançado	27
Básico	55
Intermediário	81
Nenhum	6
Total Geral	169



A Meta 1 visa julgar mais processos que os distribuídos. Você considera isso relevante?	Total
Sim	151
Não	12
Não saberia informar	6
Total Geral	169



A Meta 2 visa julgar os processos antigos. Você considera isso relevante?	Total
Sim	166
Não	1
Não saberia informar	2
Total Geral	169



A Meta 3 visa aumentar o uso de alternativas, tais como a Conciliação e a Mediação, nas soluções dos conflitos.

Você acredita que essa Meta vai melhorar esse ponto?

Total

Sim 136

Não 25

Não saberia informar 8

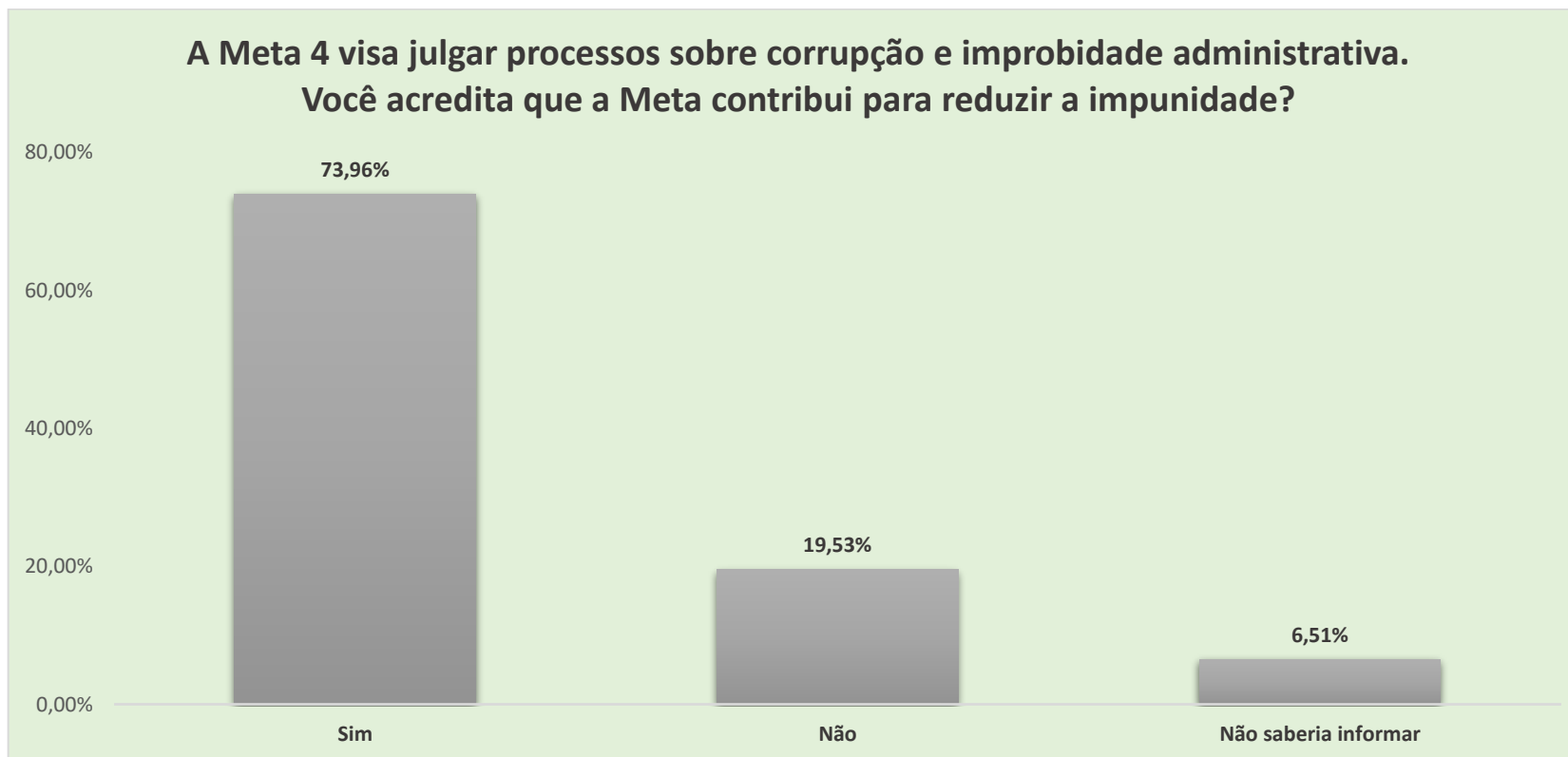
Total Geral 169



A Meta 4 visa julgar processos sobre corrupção e improbidade administrativa.

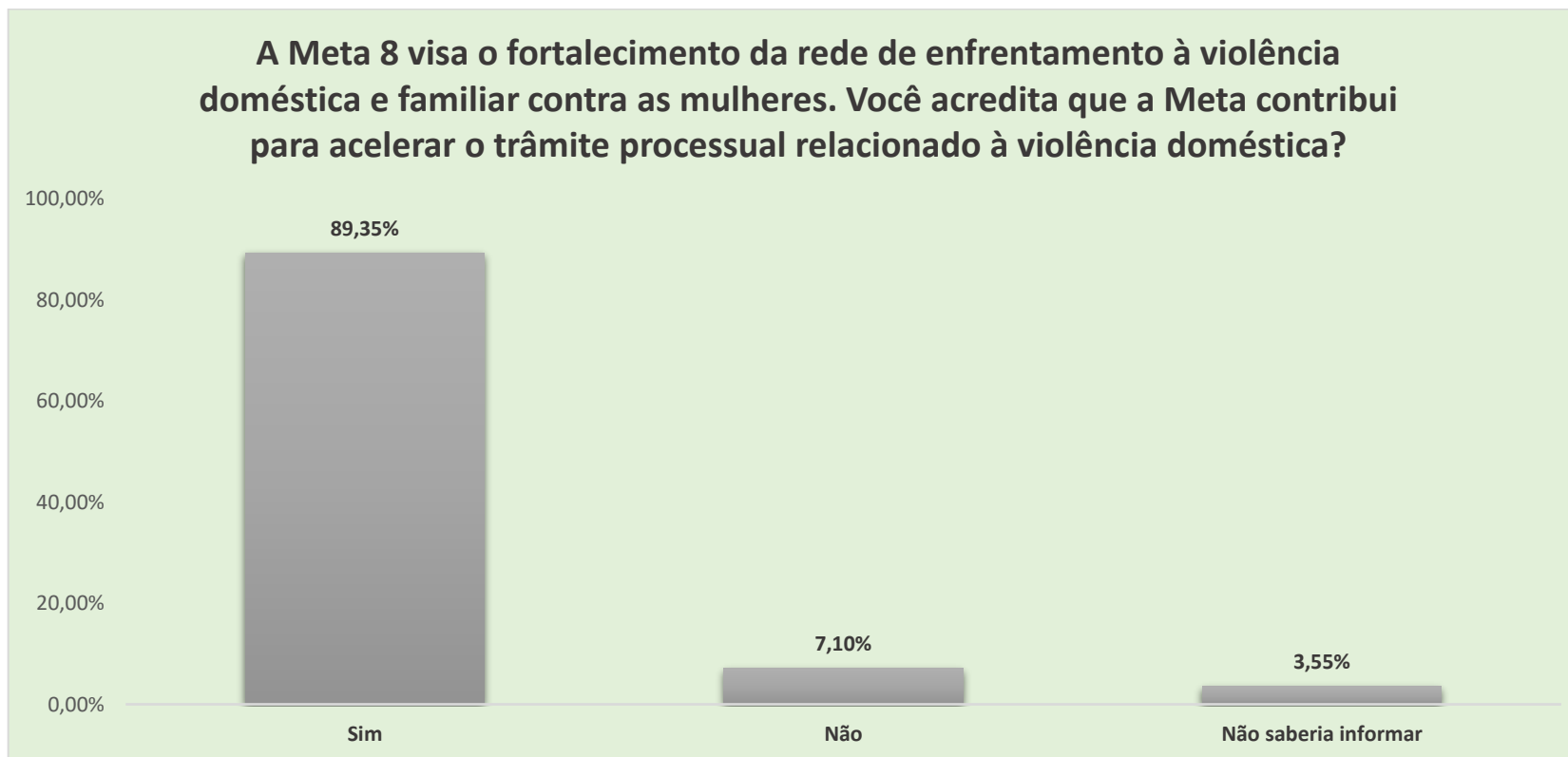
Você acredita que a Meta contribui para reduzir a impunidade?

	Total
Sim	125
Não	33
Não saberia informar	11
Total Geral	169

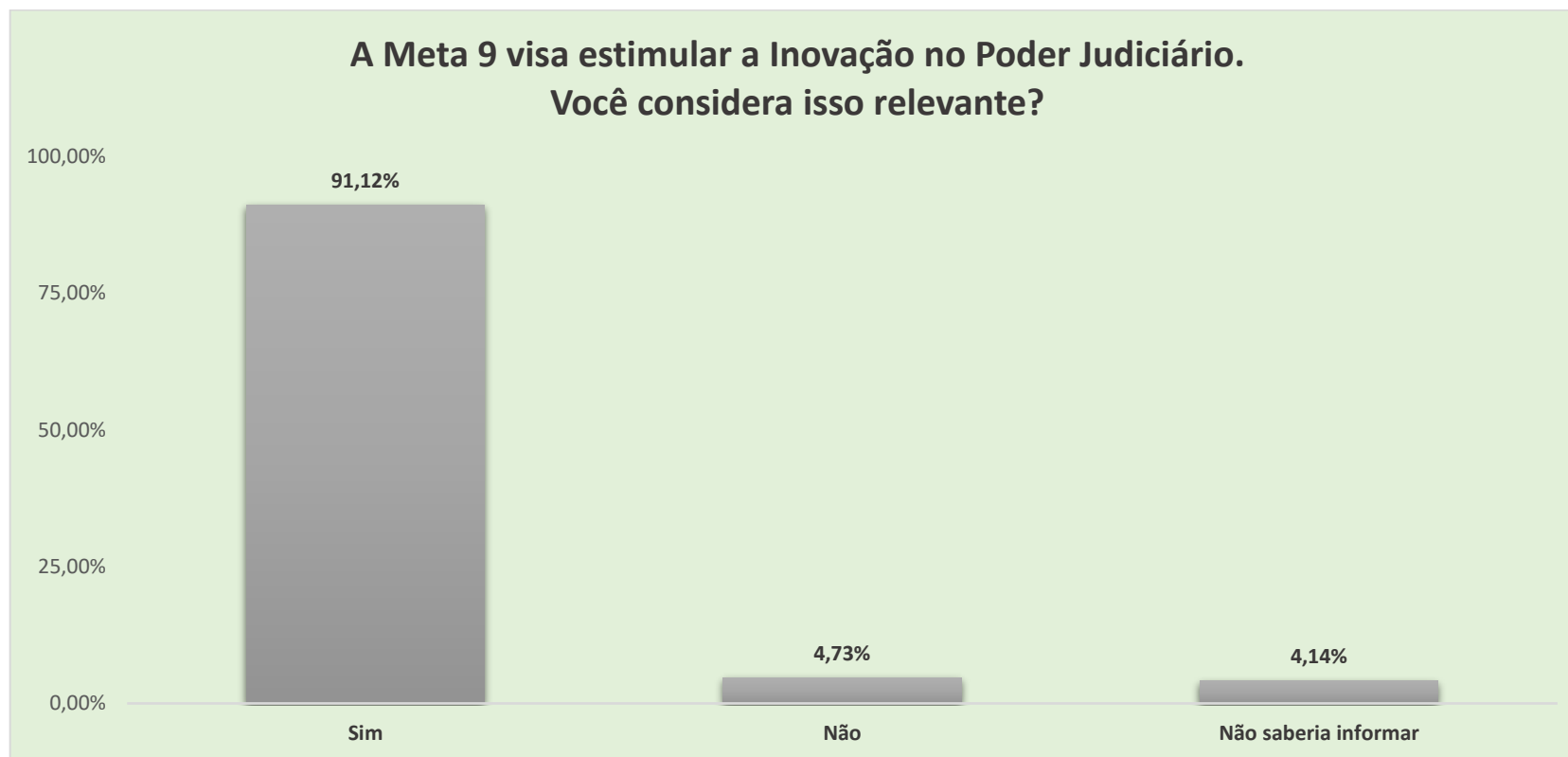


A Meta 8 visa o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

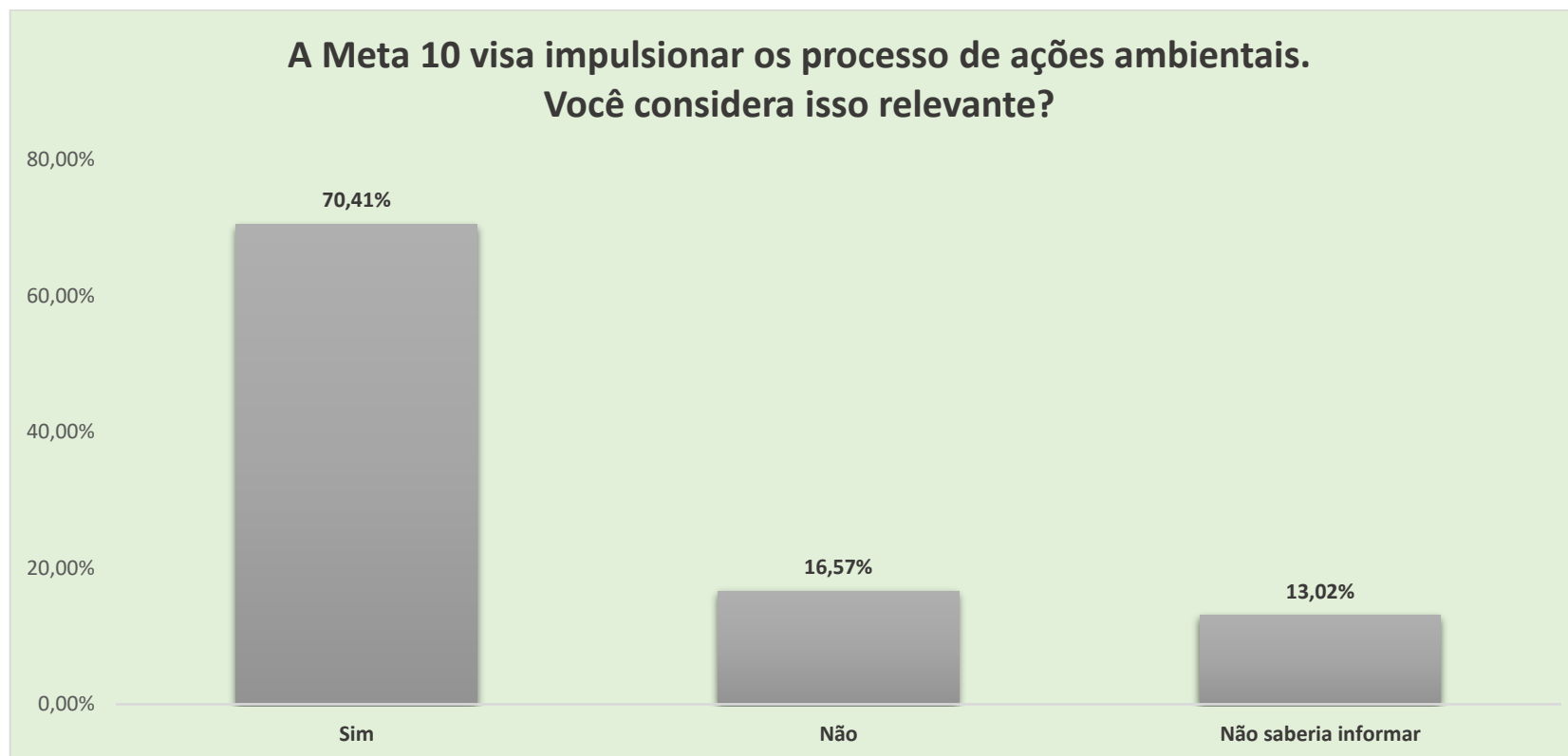
Você acredita que a Meta contribui para acelerar o trâmite processual relacionado à violência doméstica?	Total
Sim	151
Não	12
Não saberia informar	6
Total Geral	169



A Meta 9 visa estimular a Inovação no Poder Judiciário. Você considera isso relevante?	Total
Sim	154
Não	8
Não saberia informar	7
Total Geral	169



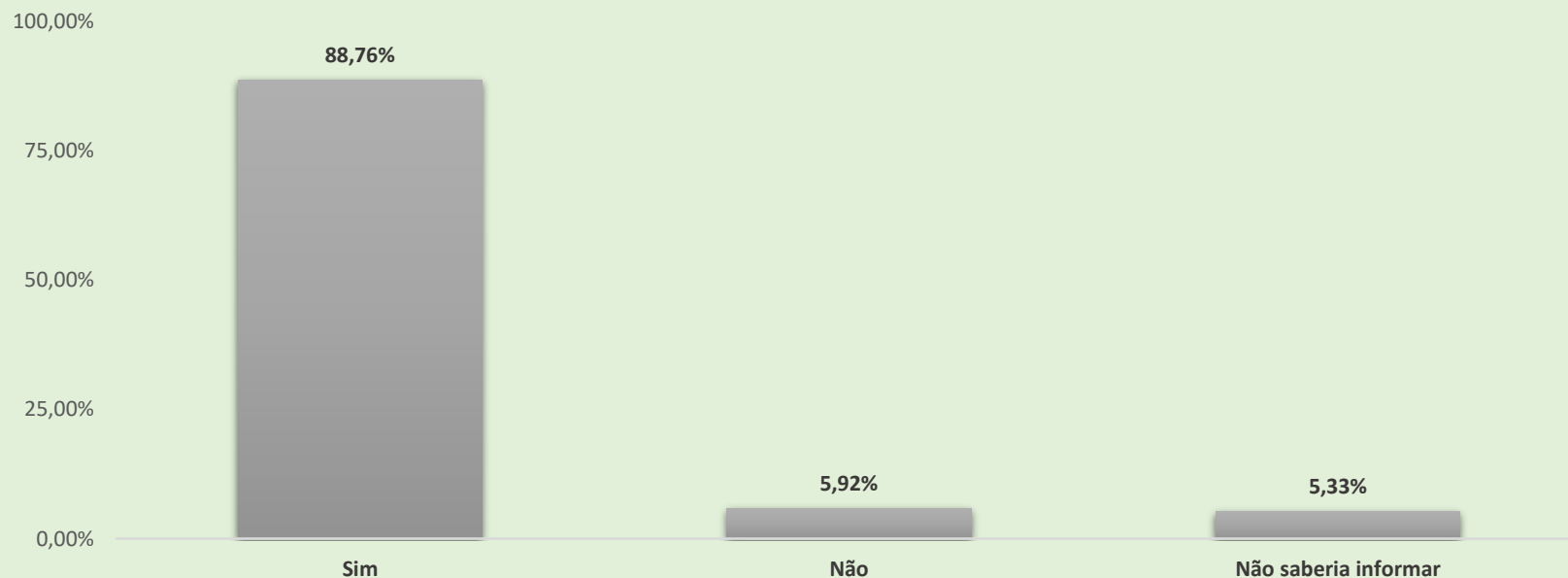
A Meta 10 visa impulsionar os processos de ações ambientais. Você considera isso relevante?	Total
Sim	119
Não	28
Não saberia informar	22
Total Geral	169



A Meta 11 visa identificar e julgar os processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude Cível e de apuração de ato infracional. Você considera isso relevante?

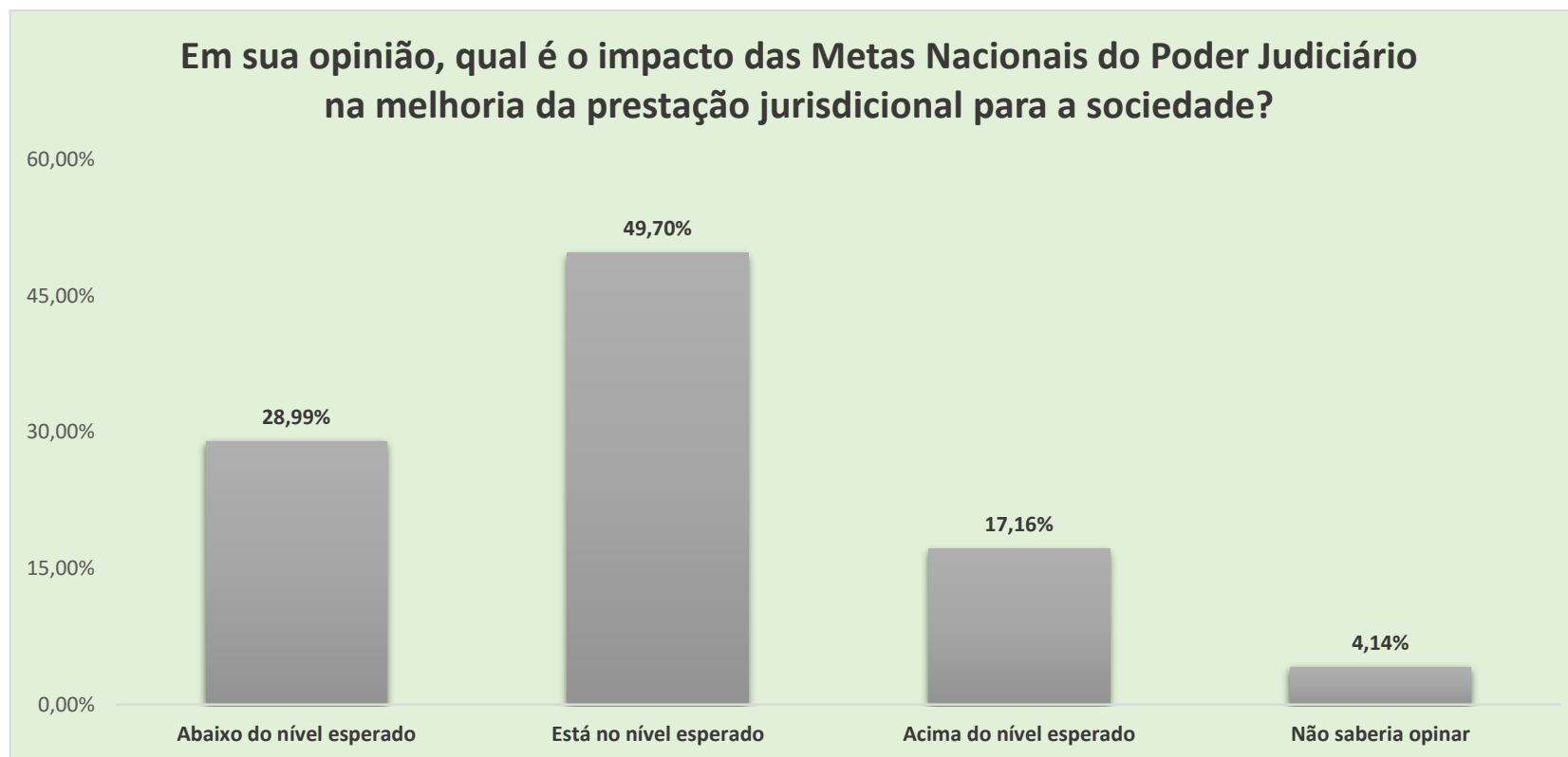
	Total
Sim	150
Não	10
Não saberia informar	9
Total Geral	169

A Meta 11 visa identificar e julgar os processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude Cível e de apuração de ato infracional. Você considera isso relevante?



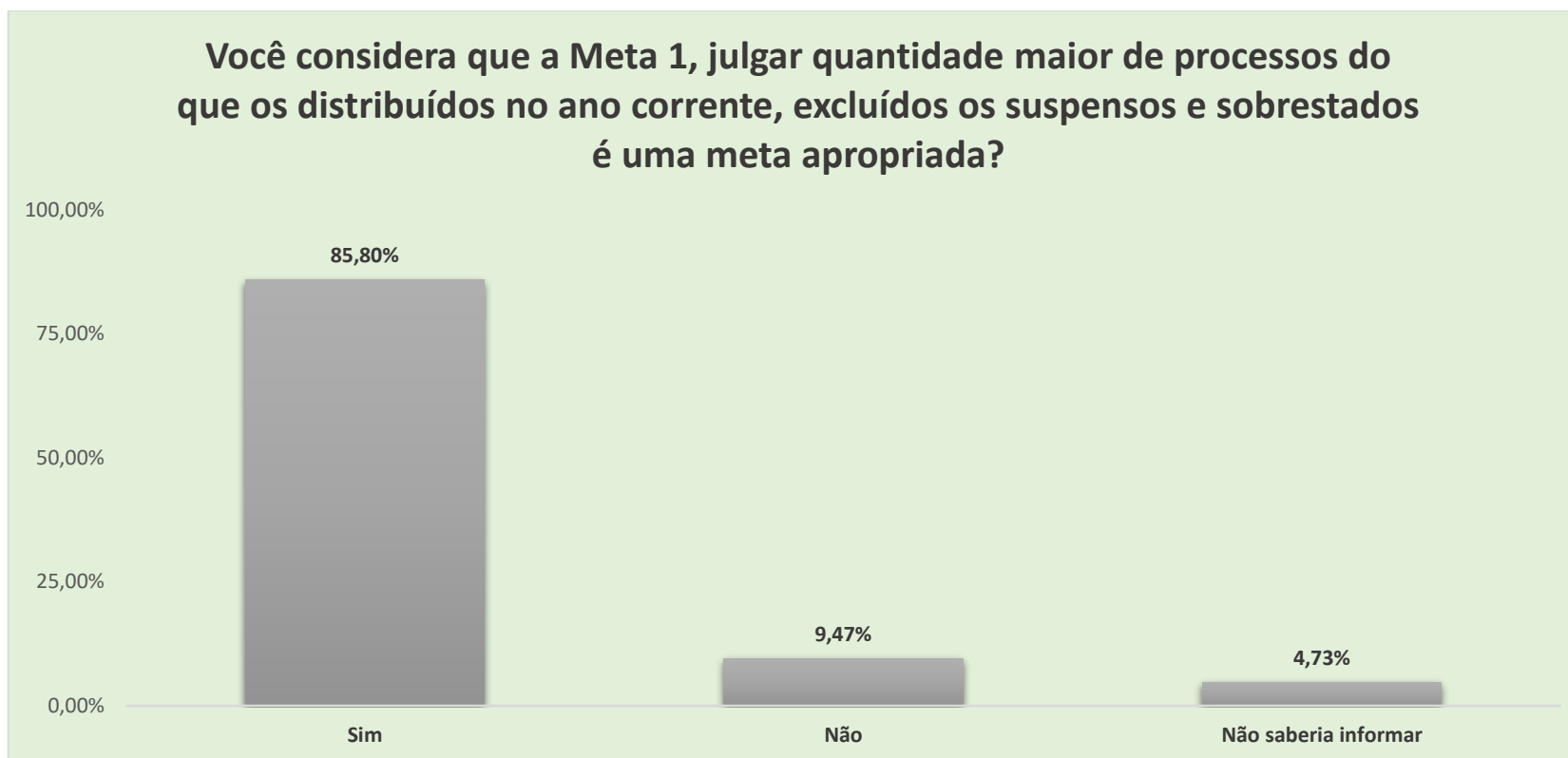
Em sua opinião, qual é o impacto das Metas Nacionais do Poder Judiciário na melhoria da prestação jurisdicional para a sociedade?

	Total
Abaixo do nível esperado	49
Está no nível esperado	84
Acima do nível esperado	29
Não saberia opinar	7
Total Geral	169



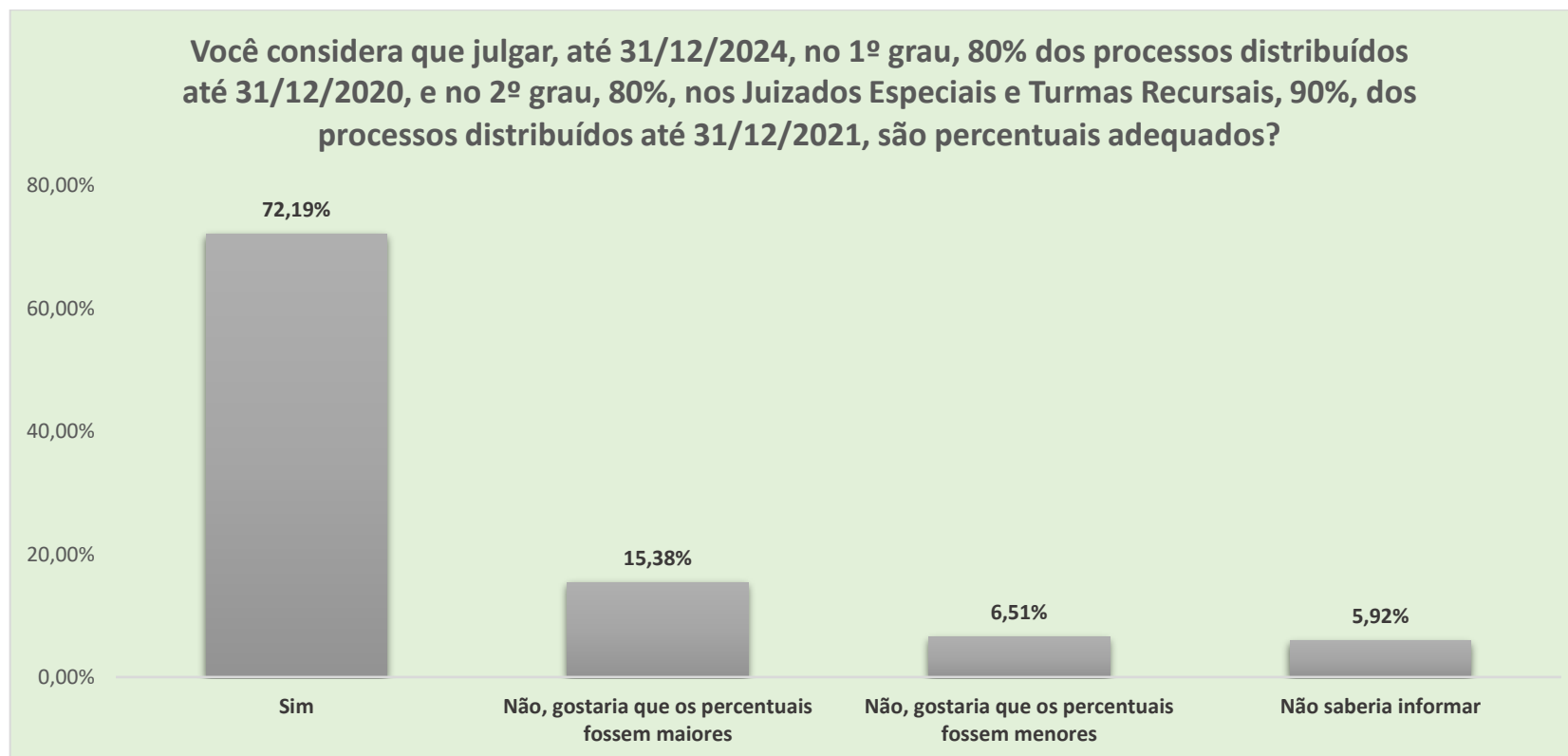
A Meta 1 vinculada ao Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL”:

Você considera que a Meta 1, julgar quantidade maior de processos do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados é uma meta apropriada?	Total
Sim	145
Não	16
Não saberia informar	8
Total Geral	169



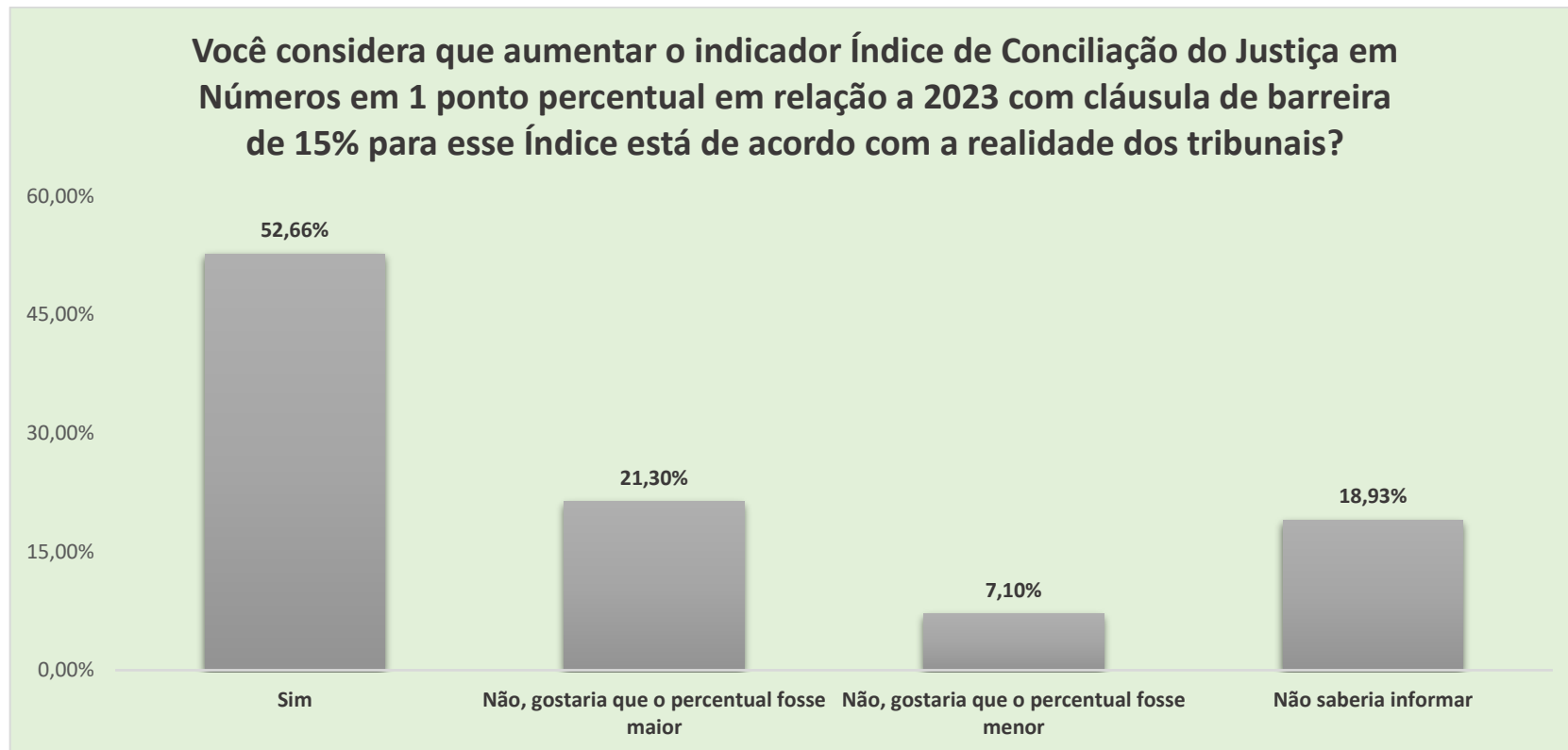
A Meta 2 vinculada ao Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL”:

Você considera que julgar, até 31/12/2024, no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020, e no 2º grau, 80%, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais, 90%, dos processos distribuídos até 31/12/2021, são percentuais adequados?	Total
Sim	122
Não, gostaria que os percentuais fossem maiores	26
Não, gostaria que os percentuais fossem menores	11
Não saberia informar	10
Total Geral	169



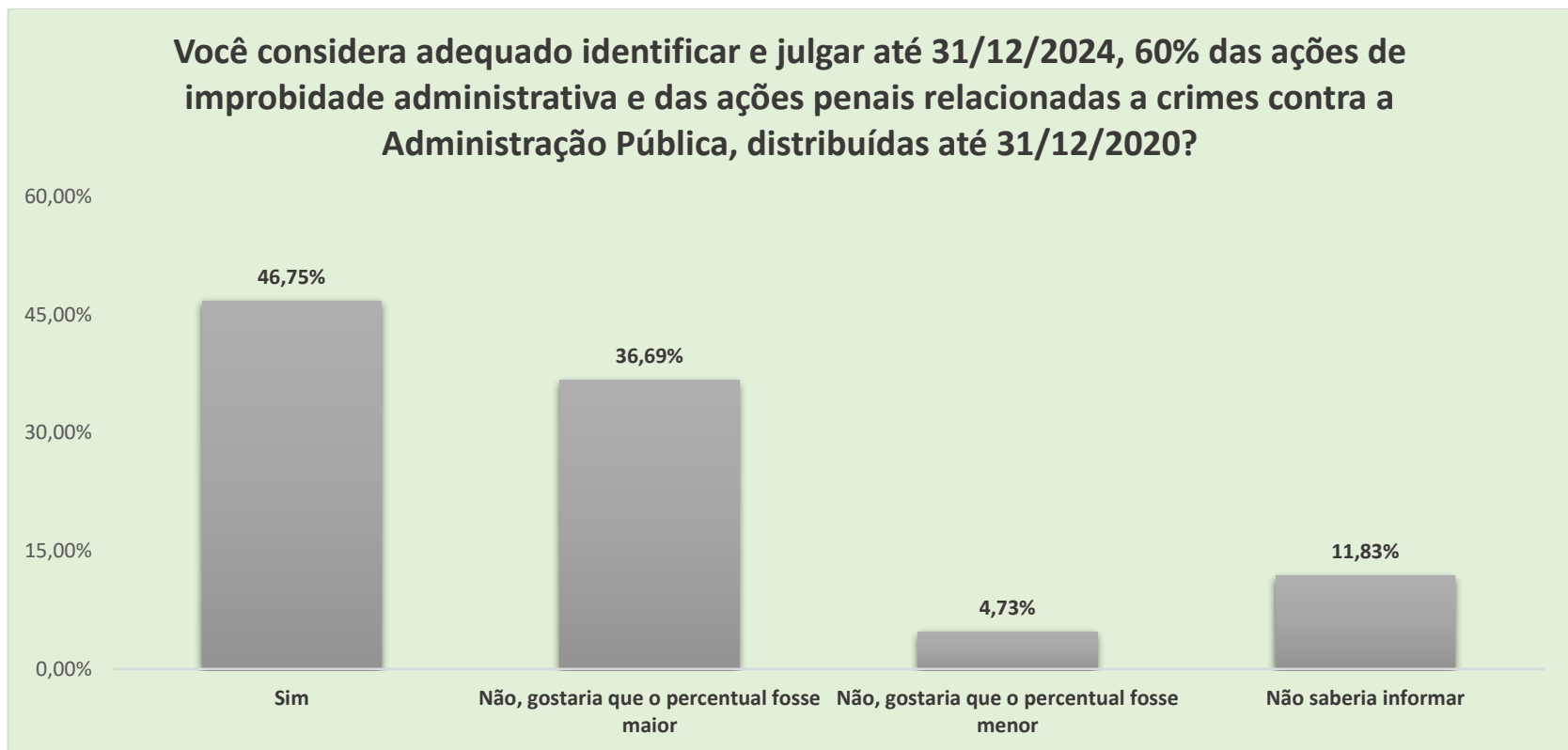
Meta 3 vinculada ao Macrodesafio "PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS ":

Você considera que aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2023 com cláusula de barreira de 15% para esse Índice está de acordo com a realidade dos tribunais?	Total
Sim	89
Não, gostaria que o percentual fosse maior	36
Não, gostaria que o percentual fosse menor	12
Não saberia informar	32
Total Geral	169



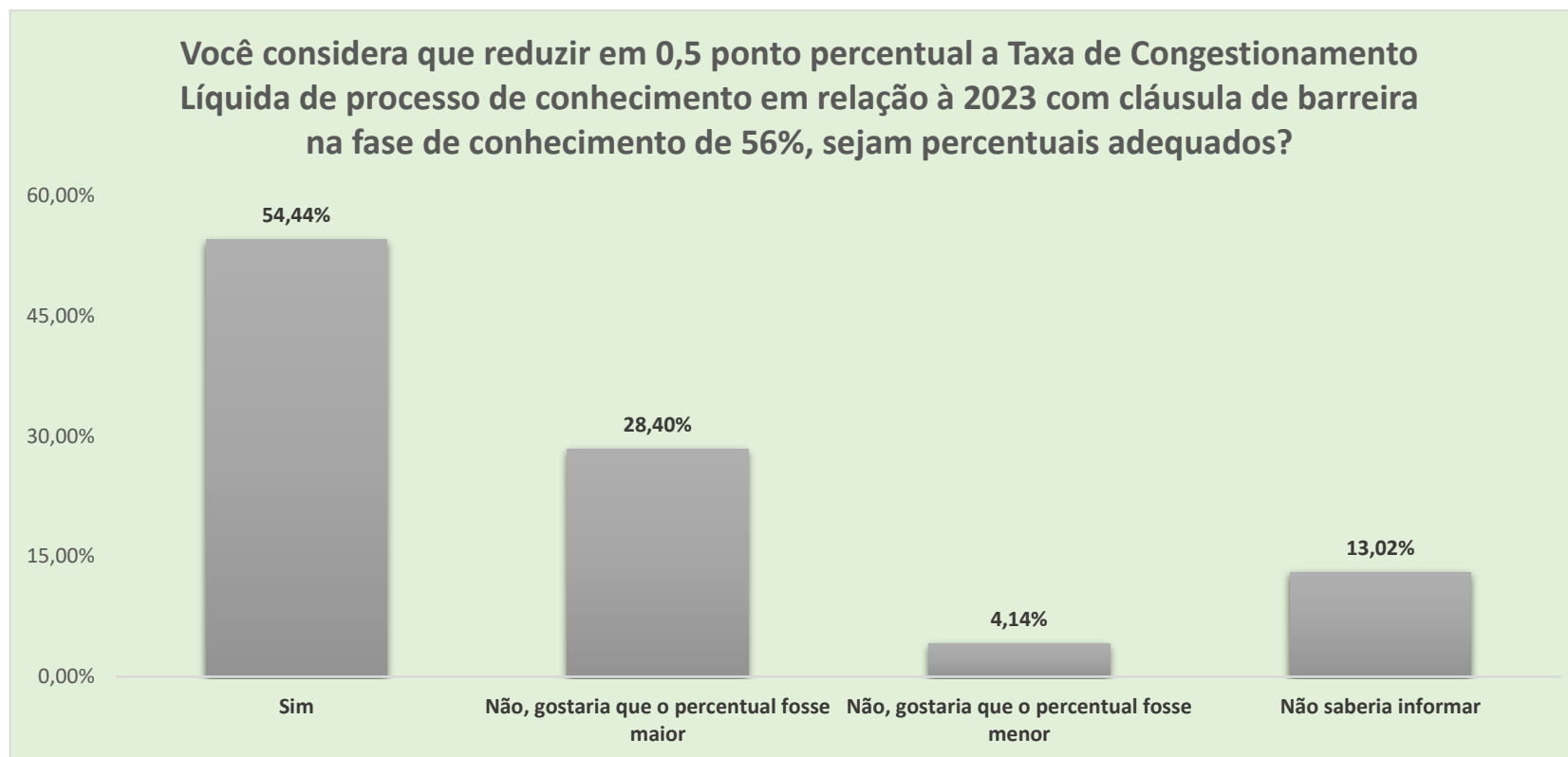
Meta 4 vinculada ao Macrodesafio "ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS":

Você considera adequado identificar e julgar até 31/12/2024, 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2020?	Total
Sim	79
Não, gostaria que o percentual fosse maior	62
Não, gostaria que o percentual fosse menor	8
Não saberia informar	20
Total Geral	169



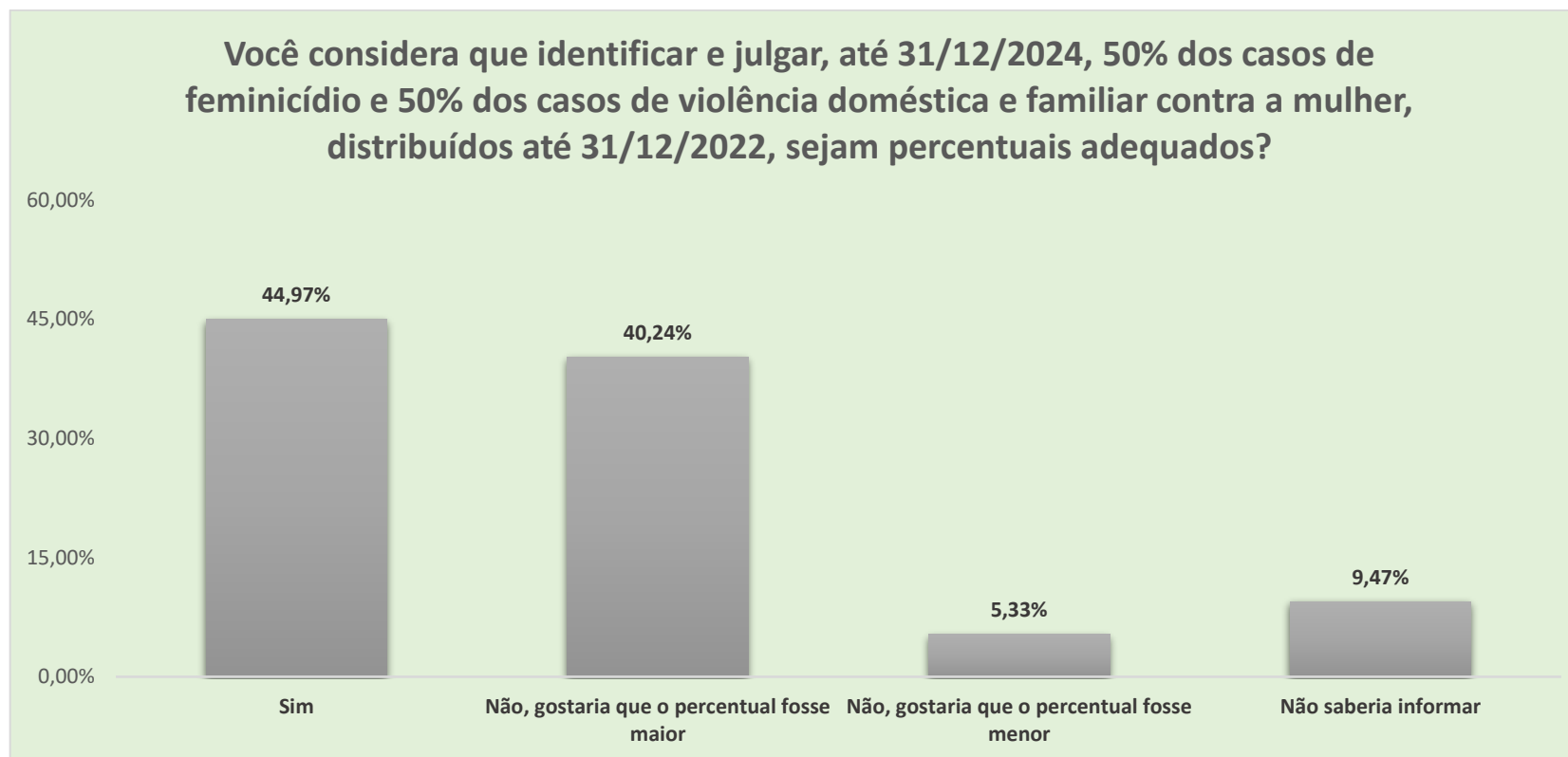
Meta 5 vinculada ao Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL”:

Você considera que reduzir em 0,5 ponto percentual a Taxa de Congestionamento Líquida de processo de conhecimento em relação à 2023 com cláusula de barreira na fase de conhecimento de 56%, sejam percentuais adequados?	Total
Sim	92
Não, gostaria que o percentual fosse maior	48
Não, gostaria que o percentual fosse menor	7
Não saberia informar	22
Total Geral	169



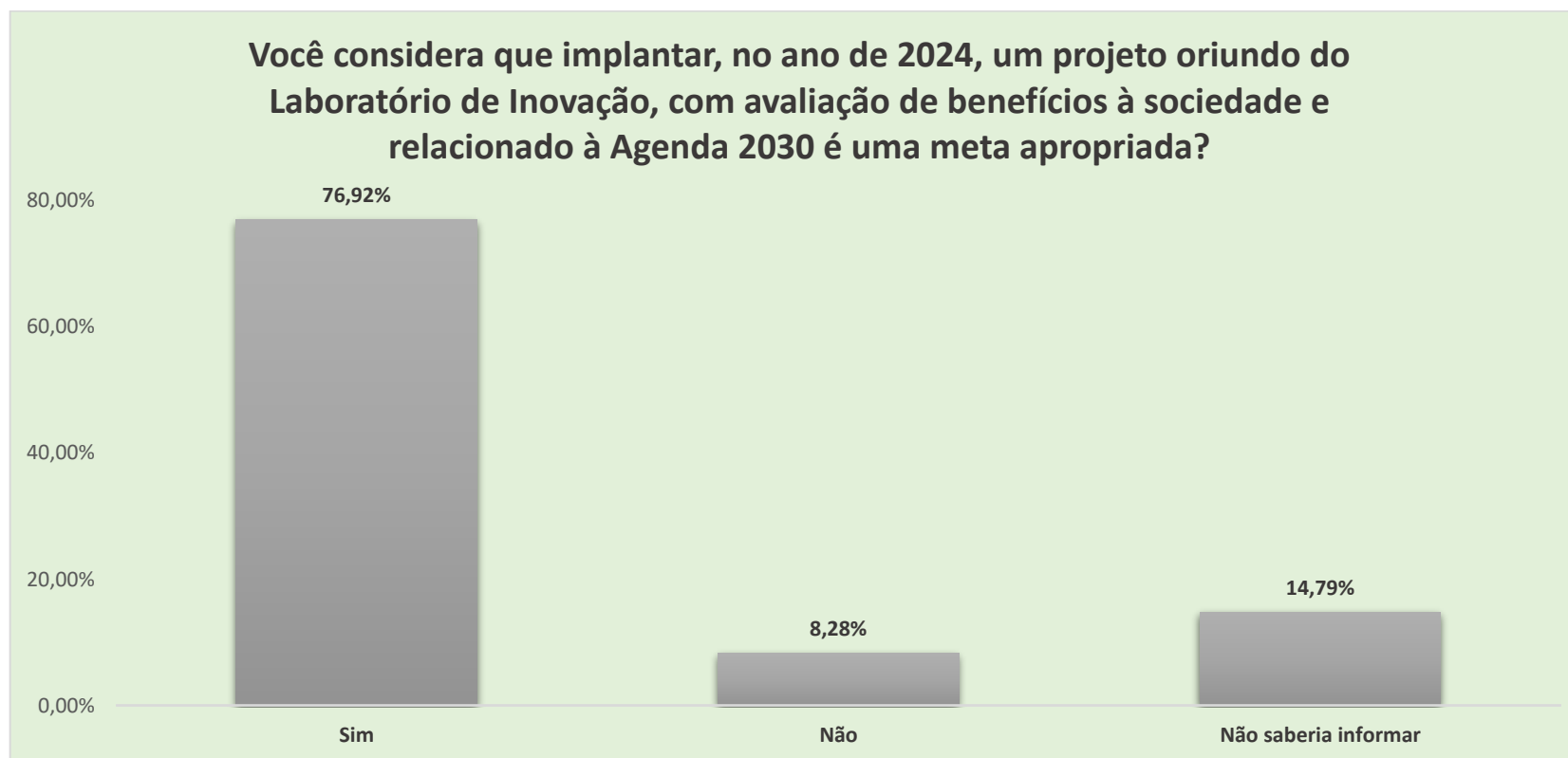
Meta 8 vinculado ao Macrodesafio "AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL":

Você considera que identificar e julgar, até 31/12/2024, 50% dos casos de feminicídio e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, distribuídos até 31/12/2022, sejam percentuais adequados?	Total
Sim	76
Não, gostaria que o percentual fosse maior	68
Não, gostaria que o percentual fosse menor	9
Não saberia informar	16
Total Geral	169



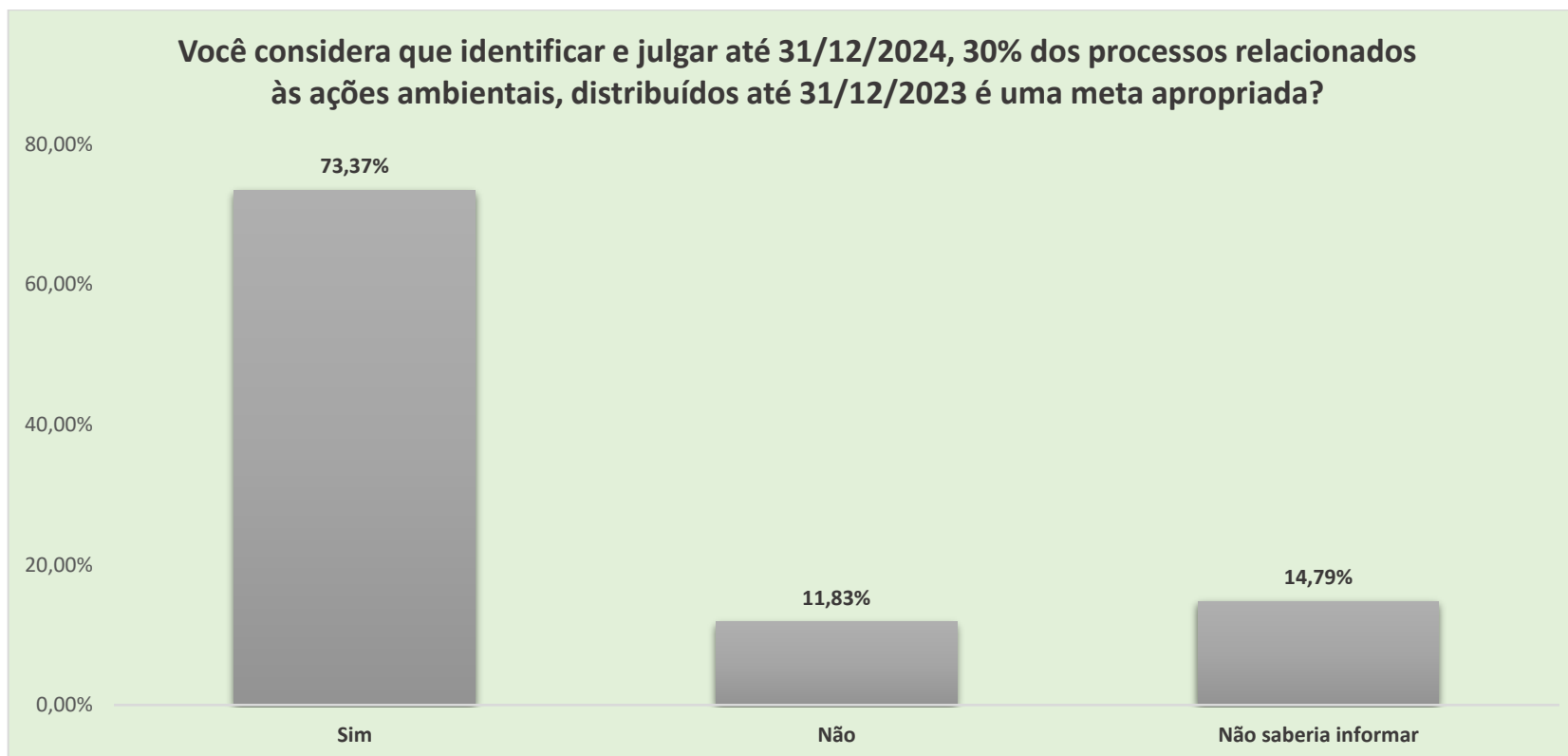
Meta 9 vinculado ao Macrodesafio "GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS":

Você considera que implantar, no ano de 2024, um projeto oriundo do Laboratório de Inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030 é uma meta apropriada?	Total
Sim	130
Não	14
Não saberia informar	25
Total Geral	169



Meta 10 vinculada ao Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL”:

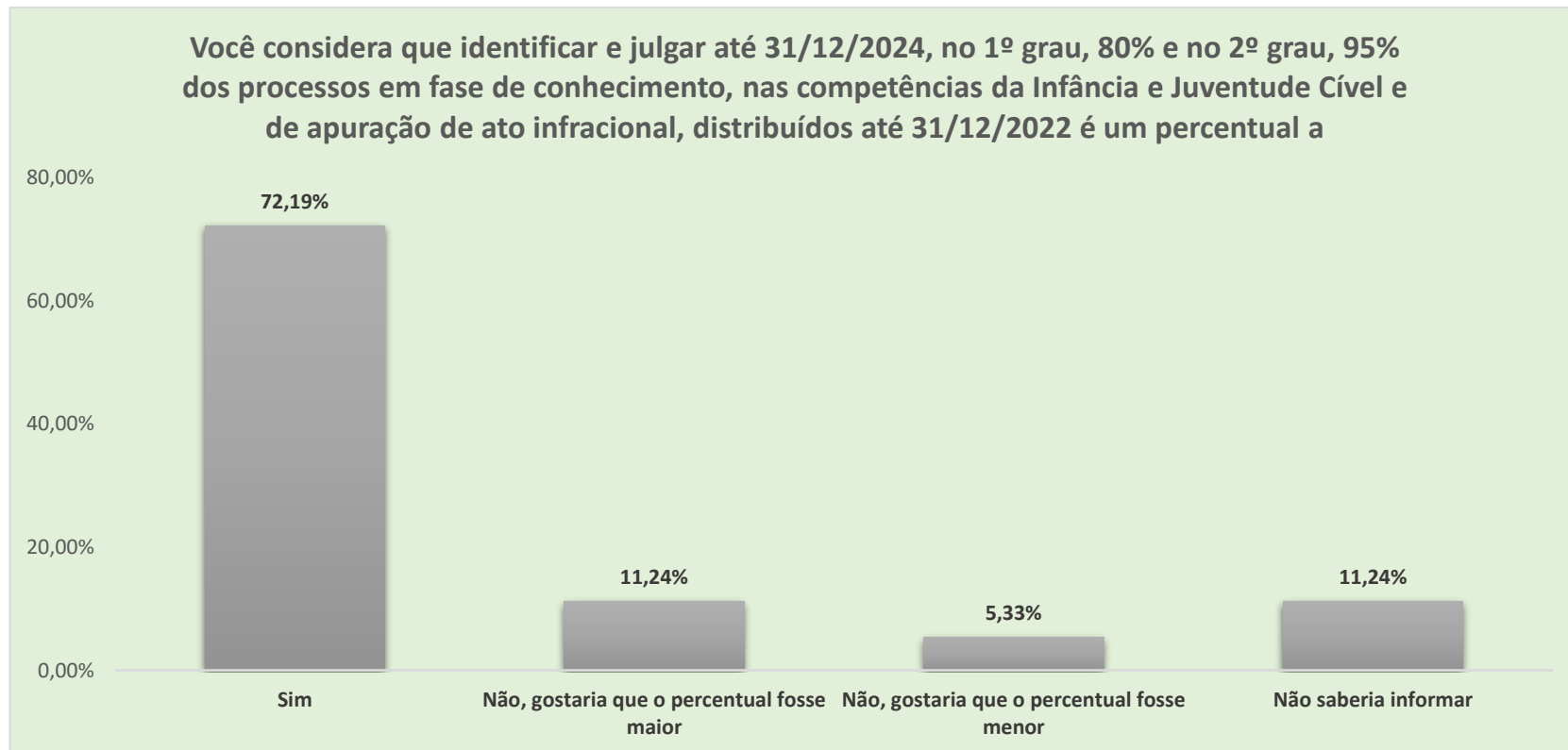
Você considera que identificar e julgar até 31/12/2024, 30% dos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos até 31/12/2023 é uma meta apropriada?	Total
Sim	124
Não	20
Não saberia informar	25
Total Geral	169



Meta 11 vinculada ao Macrodesafio "AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL":

Você considera que identificar e julgar até 31/12/2024, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude Cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2022 é um percentual adequado?

	Total
Sim	122
Não, gostaria que o percentual fosse maior	19
Não, gostaria que o percentual fosse menor	9
Não saberia informar	19
Total Geral	169



FREQÜÊNCIA TJPI DA CONSULTA PÚBLICA SOBRE AS METAS 2024

ID da resposta	Data de envio	Data de início	Endereço IP	1 - Informe sobre qual o Estado / Tribunal Estadual responderá:	Categoria
814	10/07/2023 13:37	10/07/2023 13:25	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
839	10/07/2023 13:50	10/07/2023 13:45	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Cidadão
845	10/07/2023 14:05	10/07/2023 13:52	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
875	10/07/2023 14:48	10/07/2023 14:43	190.123.203.231	Piauí (TJPI)	Advogado
978	10/07/2023 16:25	10/07/2023 16:20	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
989	10/07/2023 16:33	10/07/2023 16:26	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1074	10/07/2023 17:30	10/07/2023 17:27	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1322	10/07/2023 21:28	10/07/2023 21:24	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1362	10/07/2023 22:45	10/07/2023 22:41	179.67.47.20	Piauí (TJPI)	Servidor
1428	11/07/2023 10:32	11/07/2023 10:14	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1445	11/07/2023 10:57	11/07/2023 10:53	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1460	11/07/2023 11:20	11/07/2023 11:12	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1504	11/07/2023 11:55	11/07/2023 11:54	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1507	11/07/2023 12:00	11/07/2023 11:55	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1548	11/07/2023 13:05	11/07/2023 13:01	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1557	11/07/2023 13:24	11/07/2023 13:14	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1616	11/07/2023 14:37	11/07/2023 14:20	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1621	11/07/2023 14:32	11/07/2023 14:27	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1680	11/07/2023 15:51	11/07/2023 15:47	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1714	11/07/2023 16:19	11/07/2023 16:13	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1737	11/07/2023 16:49	11/07/2023 16:37	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1748	11/07/2023 16:56	11/07/2023 16:45	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
1841	11/07/2023 18:34	11/07/2023 18:01	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Cidadão
1920	11/07/2023 19:29	11/07/2023 19:20	177.10.253.145	Piauí (TJPI)	Cidadão
1932	11/07/2023 19:33	11/07/2023 19:29	177.10.253.145	Piauí (TJPI)	Advogado
2041	11/07/2023 22:40	11/07/2023 22:35	45.230.146.87	Piauí (TJPI)	Servidor
2127	12/07/2023 09:58	12/07/2023 09:35	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
2138	12/07/2023 10:41	12/07/2023 10:32	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Cidadão
2203	12/07/2023 12:19	12/07/2023 11:45	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
2225	12/07/2023 12:16	12/07/2023 12:11	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
2251	12/07/2023 12:42	12/07/2023 12:37	177.107.26.221	Piauí (TJPI)	Servidor
2263	12/07/2023 12:55	12/07/2023 12:54	168.227.18.1	Piauí (TJPI)	
2350	12/07/2023 14:19	12/07/2023 14:16	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
2354	12/07/2023 14:29	12/07/2023 14:22	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
2932	13/07/2023 01:51	13/07/2023 01:41	189.81.189.241	Piauí (TJPI)	Servidor
3044	13/07/2023 11:18	13/07/2023 11:07	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
3160	13/07/2023 12:29	13/07/2023 12:26	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
3435	13/07/2023 16:26	13/07/2023 16:23	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
3574	13/07/2023 19:39	13/07/2023 19:33	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
3718	14/07/2023 11:22	14/07/2023 11:18	167.250.226.103	Piauí (TJPI)	Advogado
3721	14/07/2023 11:35	14/07/2023 11:23	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
3735	14/07/2023 12:06	14/07/2023 12:01	186.241.56.44	Piauí (TJPI)	Advogado
3753	14/07/2023 13:11	14/07/2023 12:50	189.111.46.26	Piauí (TJPI)	MembroMP
3765	14/07/2023 13:26	14/07/2023 13:18	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
3803	14/07/2023 14:46	14/07/2023 14:42	179.189.116.34	Piauí (TJPI)	MembroMP
3806	14/07/2023 14:54	14/07/2023 14:48	179.189.116.34	Piauí (TJPI)	MembroMP
4045	17/07/2023 00:13	16/07/2023 23:48	189.27.134.67	Piauí (TJPI)	Advogado

ID da resposta	Data de envio	Data de início	Endereço IP	1 - Informe sobre qual o Estado / Tribunal Estadual responderá:	Categoria
4063	17/07/2023 10:59	17/07/2023 10:55	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
4109	17/07/2023 12:26	17/07/2023 12:22	168.227.16.24	Piauí (TJPI)	Servidor
4163	17/07/2023 13:17	17/07/2023 13:14	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
4164	17/07/2023 13:20	17/07/2023 13:14	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Cidadão
4175	17/07/2023 13:26	17/07/2023 13:22	179.189.116.34	Piauí (TJPI)	MembroMP
4191	17/07/2023 13:48	17/07/2023 13:44	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
4199	17/07/2023 14:03	17/07/2023 13:59	191.178.25.243	Piauí (TJPI)	Advogado
4206	17/07/2023 14:22	17/07/2023 14:12	45.160.76.2	Piauí (TJPI)	Cidadão
6180	17/07/2023 17:24	17/07/2023 17:11	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
6736	17/07/2023 19:22	17/07/2023 19:15	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
6941	17/07/2023 20:07	17/07/2023 20:04	200.173.178.80	Piauí (TJPI)	Servidor
6955	17/07/2023 20:13	17/07/2023 20:09	201.4.32.181	Piauí (TJPI)	Cidadão
6966	17/07/2023 20:24	17/07/2023 20:13	177.193.25.206	Piauí (TJPI)	Servidor
6995	17/07/2023 20:34	17/07/2023 20:27	179.179.240.106	Piauí (TJPI)	Servidor
7003	17/07/2023 20:35	17/07/2023 20:30	191.45.47.207	Piauí (TJPI)	Cidadão
7005	17/07/2023 20:35	17/07/2023 20:31	179.211.239.126	Piauí (TJPI)	Servidor
7092	17/07/2023 21:13	17/07/2023 21:05	104.28.113.117	Piauí (TJPI)	Servidor
7136	17/07/2023 21:23	17/07/2023 21:20	201.50.66.179	Piauí (TJPI)	Servidor
7210	17/07/2023 21:54	17/07/2023 21:49	138.255.246.46	Piauí (TJPI)	Servidor
7230	17/07/2023 21:59	17/07/2023 21:56	191.247.2.151	Piauí (TJPI)	Servidor
7247	17/07/2023 22:23	17/07/2023 22:18	172.226.106.51	Piauí (TJPI)	Servidor
7292	17/07/2023 22:51	17/07/2023 22:49	179.179.246.139	Piauí (TJPI)	Servidor
7459	18/07/2023 10:28	18/07/2023 10:23	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
7484	18/07/2023 10:53	18/07/2023 10:51	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
7496	18/07/2023 11:05	18/07/2023 11:01	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
7499	18/07/2023 11:10	18/07/2023 11:02	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Cidadão
7508	18/07/2023 11:13	18/07/2023 11:10	201.71.218.82	Piauí (TJPI)	Cidadão
7513	18/07/2023 11:16	18/07/2023 11:12	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
7540	18/07/2023 11:41	18/07/2023 11:28	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
7543	18/07/2023 11:34	18/07/2023 11:32	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
7572	18/07/2023 11:44	18/07/2023 11:42	191.36.225.214	Piauí (TJPI)	Servidor
7597	18/07/2023 11:56	18/07/2023 11:51	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
7651	18/07/2023 12:17	18/07/2023 12:07	187.62.151.195	Piauí (TJPI)	Servidor
7715	18/07/2023 12:29	18/07/2023 12:23	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
7794	18/07/2023 12:58	18/07/2023 12:49	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
7907	18/07/2023 13:25	18/07/2023 13:21	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
7925	18/07/2023 13:42	18/07/2023 13:26	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
7926	18/07/2023 13:45	18/07/2023 13:27	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
7936	18/07/2023 13:32	18/07/2023 13:29	191.184.53.155	Piauí (TJPI)	Advogado
8001	18/07/2023 13:50	18/07/2023 13:48	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
8016	18/07/2023 14:12	18/07/2023 13:51	179.189.116.34	Piauí (TJPI)	MembroMP
8061	18/07/2023 14:04	18/07/2023 13:59	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
8081	18/07/2023 14:12	18/07/2023 14:04	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Cidadão
8093	18/07/2023 14:20	18/07/2023 14:07	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
8105	18/07/2023 14:18	18/07/2023 14:10	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
8108	18/07/2023 14:14	18/07/2023 14:10	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
8117	18/07/2023 14:22	18/07/2023 14:11	177.51.236.10	Piauí (TJPI)	Servidor
8119	18/07/2023 14:16	18/07/2023 14:12	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor

ID da resposta	Data de envio	Data de início	Endereço IP	1 - Informe sobre qual o Estado / Tribunal Estadual responderá:	Categoria
8125	18/07/2023 14:26	18/07/2023 14:13	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
8126	18/07/2023 14:17	18/07/2023 14:13	177.107.30.128	Piauí (TJPI)	Servidor
8134	18/07/2023 14:18	18/07/2023 14:14	179.224.187.29	Piauí (TJPI)	Servidor
8144	18/07/2023 14:19	18/07/2023 14:18	213.58.148.145	Piauí (TJPI)	Servidor
8194	18/07/2023 14:41	18/07/2023 14:34	177.87.23.205	Piauí (TJPI)	Servidor
8235	18/07/2023 15:11	18/07/2023 14:49	191.178.21.147	Piauí (TJPI)	Advogado
8246	18/07/2023 15:03	18/07/2023 14:52	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
8258	18/07/2023 15:05	18/07/2023 14:58	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
8266	18/07/2023 15:05	18/07/2023 14:59	168.227.18.96	Piauí (TJPI)	Servidor
8394	18/07/2023 16:02	18/07/2023 15:56	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
8479	18/07/2023 16:39	18/07/2023 16:33	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
8533	18/07/2023 17:01	18/07/2023 16:59	191.33.48.237	Piauí (TJPI)	Advogado
8545	18/07/2023 17:11	18/07/2023 17:02	177.37.172.172	Piauí (TJPI)	Servidor
8572	18/07/2023 17:14	18/07/2023 17:12	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
8584	18/07/2023 17:16	18/07/2023 17:14	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Cidadão
8874	18/07/2023 18:55	18/07/2023 18:47	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
8999	18/07/2023 19:38	18/07/2023 19:33	191.33.56.49	Piauí (TJPI)	Cidadão
9225	18/07/2023 22:34	18/07/2023 22:31	179.179.240.106	Piauí (TJPI)	Advogado
9566	19/07/2023 11:09	19/07/2023 11:04	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
9568	19/07/2023 11:12	19/07/2023 11:06	168.227.17.15	Piauí (TJPI)	Cidadão
9587	19/07/2023 11:25	19/07/2023 11:19	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
9631	19/07/2023 11:45	19/07/2023 11:35	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
9674	19/07/2023 11:56	19/07/2023 11:52	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
9710	19/07/2023 12:09	19/07/2023 12:06	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Magistrado
9753	19/07/2023 12:18	19/07/2023 12:15	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
9768	19/07/2023 12:24	19/07/2023 12:21	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
9899	19/07/2023 13:47	19/07/2023 13:13	45.166.79.51	Piauí (TJPI)	Cidadão
10031	19/07/2023 14:22	19/07/2023 14:18	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Cidadão
10459	19/07/2023 17:50	19/07/2023 17:47	167.249.15.175	Piauí (TJPI)	Cidadão
10698	19/07/2023 21:17	19/07/2023 21:11	179.179.234.96	Piauí (TJPI)	Servidor
10792	19/07/2023 22:38	19/07/2023 22:29	189.83.224.195	Piauí (TJPI)	Servidor
10893	20/07/2023 00:34	20/07/2023 00:31	149.102.233.229	Piauí (TJPI)	Servidor
10899	20/07/2023 00:38	20/07/2023 00:36	170.84.146.61	Piauí (TJPI)	Servidor
10908	20/07/2023 01:27	20/07/2023 01:09	201.182.145.249	Piauí (TJPI)	Servidor
10909	20/07/2023 01:16	20/07/2023 01:11	186.216.31.161	Piauí (TJPI)	Advogado
10918	20/07/2023 01:32	20/07/2023 01:26	177.51.238.178	Piauí (TJPI)	Servidor
10925	20/07/2023 01:47	20/07/2023 01:36	191.184.53.142	Piauí (TJPI)	Servidor
10950	20/07/2023 02:35	20/07/2023 02:27	177.107.30.110	Piauí (TJPI)	Servidor
11002	20/07/2023 10:55	20/07/2023 10:50	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
11079	20/07/2023 11:40	20/07/2023 11:34	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
11200	20/07/2023 12:54	20/07/2023 12:45	187.38.195.173	Piauí (TJPI)	Servidor
11484	20/07/2023 15:42	20/07/2023 15:37	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
11661	20/07/2023 17:15	20/07/2023 17:10	191.178.29.114	Piauí (TJPI)	Advogado
11923	20/07/2023 19:12	20/07/2023 19:04	168.227.18.32	Piauí (TJPI)	Advogado
11977	20/07/2023 19:28	20/07/2023 19:15	138.121.129.63	Piauí (TJPI)	Magistrado
11996	20/07/2023 19:25	20/07/2023 19:18	167.250.139.34	Piauí (TJPI)	Advogado
12217	20/07/2023 20:37	20/07/2023 20:33	187.123.42.146	Piauí (TJPI)	MembroMP
12246	20/07/2023 20:47	20/07/2023 20:45	179.48.24.85	Piauí (TJPI)	Cidadão

ID da resposta	Data de envio	Data de início	Endereço IP	1 - Informe sobre qual o Estado / Tribunal Estadual responderá:	Categoria
12334	20/07/2023 21:51	20/07/2023 21:46	179.179.253.145	Piauí (TJPI)	Servidor
12411	20/07/2023 23:05	20/07/2023 22:58	189.83.224.216	Piauí (TJPI)	Magistrado
12497	21/07/2023 01:28	21/07/2023 01:22	177.107.26.86	Piauí (TJPI)	Servidor
12522	21/07/2023 02:06	21/07/2023 01:59	45.230.146.193	Piauí (TJPI)	Servidor
12528	21/07/2023 02:16	21/07/2023 02:10	189.6.6.198	Piauí (TJPI)	Advogado
12535	21/07/2023 03:02	21/07/2023 02:59	179.179.231.103	Piauí (TJPI)	Servidor
12572	21/07/2023 10:35	21/07/2023 10:29	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
12910	21/07/2023 13:43	21/07/2023 13:33	187.19.222.227	Piauí (TJPI)	Servidor
12992	21/07/2023 14:43	21/07/2023 14:37	191.33.56.164	Piauí (TJPI)	Magistrado
13003	21/07/2023 14:47	21/07/2023 14:44	177.40.177.243	Piauí (TJPI)	Magistrado
13007	21/07/2023 14:50	21/07/2023 14:45	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Magistrado
13017	21/07/2023 14:52	21/07/2023 14:48	170.78.23.83	Piauí (TJPI)	Magistrado
13036	21/07/2023 15:05	21/07/2023 15:02	179.224.176.210	Piauí (TJPI)	Servidor
13042	21/07/2023 15:13	21/07/2023 15:08	179.240.0.246	Piauí (TJPI)	Servidor
13047	21/07/2023 15:12	21/07/2023 15:10	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Advogado
13049	21/07/2023 15:16	21/07/2023 15:10	201.71.217.251	Piauí (TJPI)	Servidor
13096	21/07/2023 15:45	21/07/2023 15:41	179.70.77.61	Piauí (TJPI)	Servidor
13491	21/07/2023 19:45	21/07/2023 19:42	191.33.61.99	Piauí (TJPI)	Magistrado
13536	21/07/2023 20:16	21/07/2023 20:12	170.79.13.26	Piauí (TJPI)	Magistrado
13753	22/07/2023 02:21	22/07/2023 02:16	187.123.52.4	Piauí (TJPI)	Servidor
13829	22/07/2023 13:51	22/07/2023 13:37	170.80.83.181	Piauí (TJPI)	Cidadão
13914	22/07/2023 18:14	22/07/2023 18:05	179.179.246.19	Piauí (TJPI)	Advogado
14070	23/07/2023 13:06	23/07/2023 12:57	186.241.21.65	Piauí (TJPI)	Servidor
14184	23/07/2023 18:12	23/07/2023 18:09	191.189.252.199	Piauí (TJPI)	Servidor

ANEXO II - ATIVIDADE 2

- Foto do evento;
- Relatório de Atividade Prática;
- Lista de presença.





Sugestão para Metas Nacionais 2024

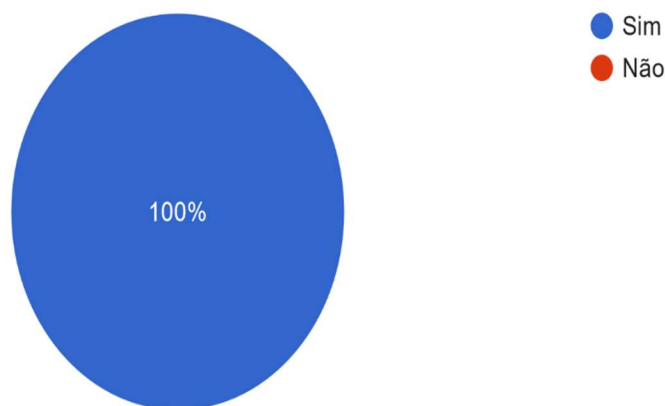
Oficina: Gestão Participativa

Atividade: Reunião com servidores e magistrados de 1º e 2º Graus

Parte Prática: Trabalho em Grupo

01 – Na sua opinião a existência das Metas Nacionais têm contribuído para melhorar o desempenho do Poder Judiciário?

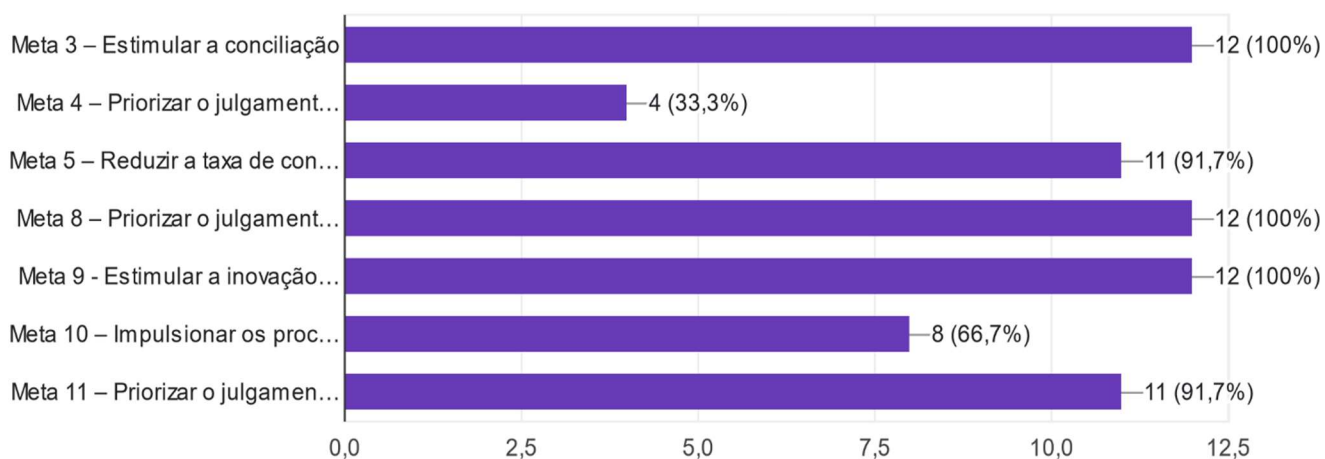
12 respostas



02 – Na sua opinião, qual(is) meta(s) listadas abaixo deveria(m) ser replicadas em 2024?

Observação: Você pode marcar mais de uma opção ou mesmo todas, se desejar.

12 respostas



03 – Você teria alguma sugestão de outra(s) meta(s) para 2024?

- Racionalização dos processos que envolvem demanda predatórias; priorizar estratégias relacionadas à primeira infância;
- Priorizar o julgamento da demanda predatória;
- Priorizar o julgamento de processos de demandas predatórias;
- Priorizar o julgamento dos processos de demanda predatória (consignados);
- Estimular a inclusão e acessibilidade;
- Priorizar o julgamento das demandas predatórias e repetitivas;
- Implementar Justiça Restaurativa em demandas de natureza cível e criminal, com iniciativas articuladas entre o Poder Judiciário e instruções de ensino;
- Incluir processos referente ao rito sumaríssimo;
- Implementação da justiça restaurativa nos diversos âmbitos de jurisdição, com participação de todas as unidades públicas e sociedades privadas;
- Demandas predatórias, proteção a primeira infância, população hiper vulnerável;
- Fortalecimento da Justiça Restaurativa e cultura de paz, implementando-se ações articuladas com demais unidades do Poder Público e sociedade civil.

Carimbo de data/hora	01 - Nome: Paulo Sérgio Rodrigues Leite	02 - Você é:	03 - Qual a sua área de atuação?	
5/26/2023 8:52:30	Gustavo de Lima Vale	Servidor	2º Grau	
5/26/2023 8:52:57	Thiago Brandão de Almeida	Magistrado	1º Grau	
5/26/2023 8:53:00	Delaney de Sá Franzatto	Servidor	1º Grau	
5/26/2023 8:53:02	Tallita cruz sampaio	Magistrado	1º Grau	
5/26/2023 8:53:07	Luiz de Moura Correia	Magistrado	1º Grau	
5/26/2023 8:53:09	Marília Fernanda Rodrigues dos Santos Castro	Servidor	1º Grau	
5/26/2023 8:53:15	Clayton Farias de Ataíde	Servidor	2º Grau	
5/26/2023 8:53:17	Francisco Ranieri de Sousa Costa	Servidor	1º Grau	
5/26/2023 8:53:36	Saulo Karol Barros Bezerra de Sousa	Servidor	1º Grau	
5/26/2023 8:53:42	Marianna Cabral Nunes	Servidor	1º Grau	
5/26/2023 8:53:51	Luciana Claudia Medeiros de Souza Brilhante	Magistrado	1º Grau	
5/26/2023 8:54:02	Manoel Eudâmidas Damasceno Segundo	Servidor	1º Grau	
5/26/2023 8:54:12	Des Ricardo Gentil	Magistrado	2º Grau	
5/26/2023 8:54:34	Márcia Marques Veras Costa	Servidor	1º Grau	
5/26/2023 8:55:18	Josetti dos Santos Ramos	Servidor	1º Grau	
5/26/2023 8:55:33	Tiago Leite Lima	Servidor	1º Grau	
5/26/2023 8:57:30	Raquel Bezerra Matias Monteiro	Servidor	1º Grau	
5/26/2023 8:58:03	Sebastião Ribeiro Martins	Magistrado	2º Grau	
5/26/2023 8:59:49	Gisleane Moura Paz de Lavor	Servidor	2º Grau	
5/26/2023 9:05:56	Manoel de Sousa Dourado	Magistrado	2º Grau	
5/26/2023 9:06:46	Mariana Marinho Machado	Magistrado	1º Grau	
5/26/2023 9:06:57	Thiago Coutinho	Magistrado	1º Grau	
5/26/2023 9:07:20	Paulo Jorge Braga Pinheiro	Servidor	1º Grau	
5/26/2023 9:07:37	Pedro de Alcântara da Silva Macedo	Magistrado	2º Grau	
5/26/2023 9:13:06	Enio Gustavo Lopes Barros	Magistrado	1º Grau	
5/26/2023 9:26:24	Carla Patrícia Fontenele Carvalho da Silva	Servidor	1º Grau	
5/26/2023 9:30:16	Carlos Alberto Bezerra Chagas	Magistrado	1º Grau	
5/26/2023 9:32:29	SÂMIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA	Servidor	2º Grau	
5/26/2023 9:40:36	Francisco Gomes da Costa Neto	Magistrado	2º Grau	

FREQUÊNCIA DA OFICINA GESTÃO PARTICIPATIVA

	NOME	MAGISTRADO/MAGISTRADA OU SERVIDOR/SERVIDORA	ÁREA DE ATUAÇÃO: 1º GRAU OU 2º GRAU
1	Emilio Custavo Lopes Ramos	MAGISTRADO	1º GRAU
2	Patricia Galuciano da Silva Macedo	MAGISTRADA	2º GRAU
3	Luciana Alcinda M. S. Bultrante	MAGISTRADO	1º GRAU
4	Mariana Maunho Machado	MAGISTRADA	1º GRAU
5	Ricardo Gentil Eulálio Duarte	MAGISTRADO	2º GRAU
6	FRANCISCO GOMES DA COSTA NETO	MAGISTRADO	2º GRAU/CONVIDADO
7	THIAGO COUTINHO DE OLIVEIRA	MAGISTRADO	1º GRAU
8	Gezelli dos Santos Ramos	SERVIDORA	1º Grau
9	GUSTAVO DE LIMA VALE	SERVIDOR	2º GRAU
10	Paulo Ikerob Bezerra B de Sousa	SERVIDOR	1º Grau
11	Uelisson de Almeida	SERVIDOR	1º Grau
12	Paulo Luiz Braga Filho	SERVIDOR	1º Grau
13	Márcia R. de Santos Castro	SERVIDORA	1º grau
14	Mouad Eufemio Danoro de Sousa	SERVIDOR	1º Grau
15	Maria das Neves Dias	Prefeita	2º Grau
16	Tallita Cruz Sampaio	MAGISTRADA	1º Grau
17	Márcia Augusta de Souza	SERVIDORA	1º Grau
18	Mariana C. S. Cabral Nunes	SERVIDORA	1º Grau
19	Raquel Bezerra Matias Monteiro	SERVIDORA	1º grau
20	Francisco Bonini de Souza Costa	SERVIDOR	1º Grau
21	Walter de Souza	SERVIDOR	2º GRAU
22	Sônia Cristina P. de Sá	SERVIDORA	CEJUS/2º grau
23	Dilany de Sá Franzeita	Auxiliar da Justiça	1º grau / JECCs
24	Janaíne Amorim S. Mota	Auxiliar Presid.	2º Grau
25	Guaciana Dias Nequeira	ASS. JURÍDICA / SERVIDORA	2º GRAU
26	Jana Larissa de Araújo Lima Bonfim	Secretaria de gestão estratégica	2º grau
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			

ANEXO III - ATIVIDADE 3

- Foto da reunião;
- Ata de videoconferência restrita a magistrados(as) e servidores(as) de unidades técnicas do Tribunal.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA - SEGES
 Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830
 Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Ata Comissão/Comitê/Grupo de Trabalho Nº 54/2023 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEGES

ATA DE REUNIÃO [sequência - comitê/comissão/grupo de trabalho]			
DATA:	19/07/23	INÍCIO:	9h
		FIM:	10h
LOCAL:	Ambiente Virtual		
PAUTA			
ASSUNTOS DISCUTIDOS			
Assunto 1:	GESTÃO PARTICIPATIVA - CONSTRUINDO JUNTOS AS METAS PARA 2024 Atividade: Reunião ou videoconferência restrita a magistrados(as) e servidores(as) específicos de unidades judiciárias ou de unidades técnicas do Tribunal (Portaria CNJ nº 82, art. 5º, II, d)		
Pontos Levantados e Decisões Tomada:	<p>A Secretária de Gestão Estratégica deu início à reunião apresentando uma visão geral em torno das atividades que estão sendo realizadas pelo TJPI com o objetivo de colaborar a nível nacional com a construção das Metas Nacionais para o ano de 2024.</p> <p>Na oportunidade mostrou os resultados da participação do Piauí na Consulta Pública sobre as Metas Nacionais 2024 e solicitou o apoio de todos, tanto na resposta ao questionário quanto na divulgação.</p> <p>Em seguida foi realizada uma enquete com as seguintes perguntas com as manifestações a seguir:</p> <p>1 - Na sua opinião, Qual (is) meta(s) de 2023 deveria (m) ser(em) replicada(s) em 2024?</p> <p>Dos 19 (dezenove) participantes, 16 (quinze) opinaram pela replicação de todas as metas de 2023 em 2024 e 3 (três) opinaram pela exclusão de duas metas: 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais e Meta 10 - Impulsionar os processos de ações ambientais.</p> <p>2 - Sugestão de nova(s) meta(s) para 2024?</p> <p>Todos foram unânimes em responder que, por enquanto, as metas existentes são suficientes para trabalhar, no judiciário, as temáticas prioritárias, não sendo apresentada nenhuma proposta de nova meta.</p> <p>A reunião contou com a representatividade dos Juízes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria, das Seções Governança e Estatística da Secretaria de Gestão Estratégica, da Secretaria Judiciária do 2º Grau, da Secretaria da Corregedoria e Secretaria de Tecnologia da Informação.</p> <p>Os documentos apresentados durante a reunião estão disponíveis no Portal da Estratégia, na aba Governança.</p>		
PRESENTES			
NOME COMPLETO		FUNÇÃO	
Dr. Luiz de Moura Correia		Juiz Auxiliar da Presidência, representante do TJPI na Rede de Governança Colaborativa e membro da Comissão Gestora das Metas.	
Dr. Thiago Brandão de Almeida		Juiz Auxiliar da Corregedoria e membro da Comissão Gestora das Metas.	
Lara Larissa de Araújo Lima Bonfim		Secretária de Gestão Estratégica, representante do TJPI na Rede de Governança Colaborativa e membro da Comissão Gestora das	

	Metas.
Paula Meneses Costa	Secretária da Secretaria Judiciária e membro da Comissão Gestora das Metas.
Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro	Secretária da Corregedoria e membro da Comissão Gestora das Metas.
Paulo Sérgio Rodrigues Leite	Analista Judiciário / Analista Judicial
Andreia Irene de Oliveira	Chefe da Seção de Governança
Gianny Marques Pinheiro	Chefe da Seção de Estatística
Ademir Dourado Sampaio	Analista Judiciário / Estatístico
Lanny Cleo Macedo Quadros	Consultora Jurídica - Secretaria Judiciária
Rammielke Cardoso Campos Verdes	Analista Judiciário / Analista de Sistemas / Desenvolvimento
Gustavo de Lima Vale	Analista Judiciário / Analista Judicial
Elias Ribeiro de Moura Júnior	Superintendente da Secretaria da Corregedoria
Gláucia Cecy Pires de Araújo Melão	Auxiliar Administrativo
Rafaella Martins Araújo de Arêa Leão Ferreira	Assessora Administrativa - Secretaria de Gestão Estratégica
Tiago Leite Lima	Analista Judiciário / Analista Judicial
Mariana Lima Pereira	Analista Judiciário / Analista Administrativo
Janáina Esteves Muniz	Estagiária (Estatística) - Secretaria de Gestão Estratégica
Islane Nascimento Santos	Auxiliar de Informática - Secretaria de Gestão Estratégica



Documento assinado eletronicamente por **Luiz de Moura Correia, Juiz Auxiliar da Presidência do TJPI**, em 20/07/2023, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo de Lima Vale, Analista Judiciária / Analista Judicial**, em 20/07/2023, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Meneses Costa, Secretária Judiciária**, em 21/07/2023, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro, Secretária da Corregedoria**, em 21/07/2023, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lanny Cléo Macêdo Quadros, Servidora TJPI**, em 24/07/2023, às 10:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Irene de Oliveira, Servidora TJPI**, em 25/07/2023, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gianny Marques Pinheiro, Servidora TJPI**, em 25/07/2023, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Dourado Sampaio, Analista Judiciário / Analista Administrativo**, em 26/07/2023, às 09:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Sérgio Rodrigues Leite, Analista Judiciário / Analista Judicial**, em 27/07/2023, às 11:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lara Larissa de Araújo Lima Bonfim, Secretária de Gestão Estratégica**, em 27/07/2023, às 11:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Islane Nascimento Santos, Auxiliar de Gestão**, em 27/07/2023, às 11:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rammielke Cardoso Campos Verdes, Analista de Sistemas / Desenvolvimento**, em 28/07/2023, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Brandão de Almeida, Juiz Auxiliar da Corregedoria**, em 31/07/2023, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Leite Lima, Analista Judiciária / Analista Judicial**, em 31/07/2023, às 11:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elias Ribeiro de Moura Junior, Servidor TJPI**, em 01/08/2023, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Lima Pereira, Servidor TJPI**, em 01/08/2023, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Janaína Esteves Muniz, Estagiária**, em 01/08/2023, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rafaella Martins Araujo de Arêa Leão Ferreira, Servidora TJPI**, em 01/08/2023, às 13:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Cecy Pires de Araújo Melão, Servidora TJPI**, em 01/08/2023, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **4520469** e o código CRC **6085F398**.



ANEXO IV - ATIVIDADE 4

- Ata de Reunião.

ATA DE REUNIÃO

Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
11/07/2023	14h30	17h	Auditório Desa. Olny Silva – TJBA - Bahia

PAUTA

Discussões sobre a **Proposta Inicial de Metas (PIME) 2024.**

TRIBUNAIS PARTICIPANTES	PARTICIPANTES	CARGOS
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Alane Silva de Cerqueira	Técnico Judiciário
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Alexsandro Silva Santos	Diretor de Planejamento Estratégico
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Alvamari Costa do Valle	Assessor
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Ana Clara da Silva Pontes	Estágio de pós graduação
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Ana Paula Costa Teixeira	Coordenador de Orçamento
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	André Mauricio Machado da Silva	Mediador e Conciliador
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Ângelo Edmundo Paraíso Martins Júnior	Assessor
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Bartira Pereira Dantas	Assessora de Desembargador
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Carlos Nestor Lima Passos da Silva	Diretor de Governança de TIC
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Carmen Silvia Bonfim dos Santos Rocha	Técnica Judiciária - Administração
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Cintia Maia Waxman Braga	Coordenador de programação e acompanhamento
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Cleusa Luanda Santos Rocha	Estagiária
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Cristiane Menezes Santos Barreto	Juíza de Direito
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Cynthia Maria Pina Resende	Desembargadora
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Daiane de Jesus pinto	Chefe de seção
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Denner Alves de Aguiar	Analista Judiciário
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Desirée Brandão Müller	Analista Judiciário
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Epaminondas de Vasconcellos Couto	Coordenador de Estatística
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Hévila Moraes de Santana	Analista administrador
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Janaina Barreto de Castro	Secretária de Gestão de Pessoas
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Joanice Maria Guimarães de Jesus	Desembargadora
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Jorge Medrado Junior	Diretor de Suprimento e Patrimônio TJBA
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	José Augusto de Jesus Silva Júnior	Estagiário de Pós Graduação
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	José Carlos Fernandes dos Santos	Mediador e Conciliador
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	José Romilson Mascarenhas	Analista Judiciário
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Joseli da Silva Passos Alves	Diretora de Finanças
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Karina Pinto Uchôa	Técnico Judiciário
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Leandro Ravyelle da Silva Sales	Técnico Judiciário
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Libia Maria Almeida de Andrade Figueiredo Lima	Diretora do Nugepnac
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Lívia Silva Sousa	Chefa de Seção
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Lucilene Santana de Jesus Souza	Coordenadora

ATA DE REUNIÃO

TRIBUNAIS PARTICIPANTES	PARTICIPANTES	CARGOS
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Marcela Nunes Rangel da Silva	Assessora
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Marcus Vinicius Fernandes dos Santos	Secretário-Geral da Unicorp
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Maria Cristina de Carvalho Cunha	Coordenadora de Projetos e Processos
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Maria de Fátima Silva Carvalho	Desembargadora
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Marta Moreira Santana	Juíza Substituta 2 Grau
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Matheus Honorato dos Santos Oliveira	Chefe de Unidade
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Maurício Góes Dantas	Diretor de Orçamento
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Paulo Vinicius Santana dos Santos	Técnico Judiciário
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Pedro de Matos Souza	Assessor Técnico
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Pedro Lúcio Silva Vivas	Secretário de Planejamento
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Priscila Brito Sobrinho Ávila	Analista Administrativo
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Priscila Leite Fahel Guimarães Almeida	Analista administrativo-Técnico de Nível superior
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Raul Macêdo Costa	Chefe de Seção
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Renato Marins Menezes Trigueiro	Técnico Judiciário
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Renato Marins Menezes Trigueiro	Técnico Judiciário
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Ricardo Neri Franco	Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Roberto Peixoto Macieira Freire	Técnico Judiciário
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Rosângela Campos de Oliveira	Técnico de Nível Médio
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Sadraque Oliveira Rios Tognin	Juiz de Direito
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Salomão Costa Barreto	Técnico Judiciário
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Sarah da Trindade Reis	Técnico Judiciário
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Tâmara Luz Miranda Rêgo	Controladora-Chefe
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Tamires de Sousa Lopes	Estagiária de pós graduação
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Tatiany de Brito Ramalho	Chefe da Consultoria Jurídica da Presidência
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Viviane da Anunciação Souza Oliveira	Diretora de 1º Grau
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Yasmym dos Santos Gomes	Terceirizado
Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	Yves Christian Bernard Pavetto	Assessor
Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB)	Ana Caroline Leal Vasconcelos	Gerente de Projetos e Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB)	Ely Jorge Trindade	Juiz Auxiliar da Vice-Presidência
Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB)	Frederico Martinho da Nobrega Coutinho	Desembargador Coordenador do Comitê de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB)	Leonardo Sousa de Paiva Oliveira	Juiz de Direito
Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB)	Oswaldo Trigueiro do Valle Filho	Desembargador
Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL)	Antônio Rafael Wanderley Casado da Silva	Juiz de Direito
Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO)	Adriana Mesquita	Analista

ATA DE REUNIÃO

TRIBUNAIS PARTICIPANTES	PARTICIPANTES	CARGOS
Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO)	Brenna Martins da Silva	Assistente Executiva de Juiz Auxiliar da Presidência
Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO)	Diego Cesar Santos	coordenador de planejamento e pesquisa
Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO)	Mislene Medrado de Oliveira Borges	Diretora de Planejamento e Inovação
Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT)	Afonso Vitorino Maciel	Coordenador de Planejamento
Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT)	Anderson Cristiano Neisse	Gerente Sênior de Estatística e Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT)	Emerson Luis Pereira Cajango	Juiz de Direito
Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT)	Flávio de Paiva Pinto	Coordenador da Corregedoria-Geral da Justiça
Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT)	Juvenal Pereira da Silva	Corregedor-Geral da Justiça do TJMT
Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT)	Thomás Augusto Caetano	Coordenador de TIC
Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT)	Viviane Brito Rebello	Juíza Auxiliar da Presidência
Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)	Alessandra da Silva Campos	Diretora Executiva TI
Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)	Camilla Rafaela Alves Maia	Assessora Técnica ao Planejamento e à Gestão Institucional
Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)	Eduardo Antônio Codo Santos	Diretor Executivo de Finanças
Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)	Guilherme Augusto Mendes do Valle	Secretário de Governança e Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)	João Victor Silveira Rezende	Diretor Executivo de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional
Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)	Marcela Maria Pereira Amaral Novais	Juíza Auxiliar da Presidência
Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)	Alessandra Bárbara santos de Almeida	Analista judiciária
Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)	Sidarta Manoel Fernandes Ferreira	Assessor Técnico da Secretaria de Planejamento Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO)	Diego Souza da Silva	Analista Judiciário
Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO)	Felipe Pinheiro dos Santos	Analista Judiciário Administrador
Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO)	Maiara Ribeiro de Moraes	Administradora

ATA DE REUNIÃO

TRIBUNAIS PARTICIPANTES	PARTICIPANTES	CARGOS
Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO)	Rosemeire Moreira Ferreira	Secretária-Chefe do Gabinete de Governança
Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR)	Ariane Hayana Thomé de Farias	Assessora Estatística
Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR)	Arthur Azevedo	Analista Judiciário, Chefe do Setor de Monitoramento e Informações Estratégicas
Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC)	Eduardo Cardoso Silva	
Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)	Rodrigo Teixeira	Coordenador de Planejamento Estratégico
Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE)	Erick Silva de Andrade	Apoio Técnico Especializado do Planejamento Estratégico
Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE)	Felipe Baptista Prudente	Diretor de Planejamento e Desenvolvimento
Tribunal de Justiça do Acre (TJAC)	Francisco Arnaldo de Souza Ferreira	Coordenador do Núcleo de Estatística
Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP)	Jhonatha Lima da Silva	Assessor Executivo da Juíza Auxiliar da Presidência
Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP)	Job Duarte Morais	Analista Judiciário Administrador
Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP)	Marina Lorena Nunes Lustosa	Juíza Auxiliar da Presidência
Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP)	Tayanny Negrão de Brito	Coordenadora de Gestão Estratégica e de Governança
Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM)	João de Jesus Abdala Simões	Desembargador
Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM)	Marcia Rachel de Castro e Costa Rizzato	Secretária de planejamento
Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE)	Rafaella Lopes Ferreira	Secretária de Planejamento e Gestão
Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE)	Ricardo Alexandre da Silva Costa	Juiz de Direito Auxiliar da Presidência
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)	Adriana Moreira Tostes Ribeiro	Coordenadora de Gestão Estratégica e Sustentabilidade
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)	Israel de Freitas Madureira	Analista Estatístico
Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)	Rita de Cassia Barcellos Almeida	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)	Bianca Giordana Pinto Soares	Assessora Especial de Planejamento e Gestão
Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)	Ernane Candeira Machado	Chefe da Divisão de Planejamento
Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)	Antonieta Maria Ferrari Mileo	Juíza Auxiliar da Presidência
Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)	Fábio Djan Oliveira de Lima	Analista Judiciário
Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)	Gleison Augusto Furtado Gomes	Analista Judiciário

ATA DE REUNIÃO

TRIBUNAIS PARTICIPANTES	PARTICIPANTES	CARGOS
Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)	Jeovana Rodrigues Miranda	Chefe de Gabinete da Presidência
Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)	Luciana Sá Fernandes	Coordenadora de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)	Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos	Presidente do TJPA
Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)	Silvio César dos Santos Maria	Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)	Sílvio César dos Santos Maria	Juiz Auxiliar da Presidência
Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)	João Cardoso Neto	Estatístico
Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)	Samuel Lima Junior	Estatístico
Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)	Vinicius Rodrigues Lopes	Diretor do Departamento de Planejamento
Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI)	Andreia Irene de Oliveira	Chefe da Seção de Governança
Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI)	Gustavo de Lima Vale	Analista Judicial
Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI)	Luiz de Moura Correia	Juiz Auxiliar da Presidência
Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI)	Paulo Sérgio Rodrigues Leite	Analista Judicial - Área Administrativa
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN)	Janiere de Lira	Chefe de Seção
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN)	Patrycia Karina de Melo Onofre Araujo	Chefe de Gabinete
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS)	Carla Melo Amarelle	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS)	Juliana Obino Mastella	Analista Judiciária - Estatística
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS)	Saulo Debacco Loureiro	Analista do Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO)	Darllanne Cristina dos Santos Ferreira Tacho	Assessora técnica de estatística
Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO)	João Ornato Benigno Brito	Coordenador de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO)	Kellen Cleya dos Santos Madalena Stakoviak	Assessora Jurídica

Abertura:

Pedro Vivas, Secretário de Planejamento e Orçamento do TJBA, iniciou os trabalhos cumprimentando a todos e todas presentes e fazendo audiodescrição do local do evento assim como sua própria audiodescrição. Em seguida, os representantes dos subcomitês se apresentaram, fizeram sua audiodescrição e fizeram seus primeiros pronunciamentos.

ATA DE REUNIÃO

Explicação sobre a proposta inicial de metas nacionais PIME 2024

Vinicius Lopes – Diretor do Departamento de Planejamento do TJPR, iniciou lembrando a competência da Rede de Governança Colaborativa e Comitê Gestor da Justiça Estadual. Informou que os representantes da Rede de Governança instituídas pelo CNJ devem exercer papel de liderança da estratégia ou da implementação das políticas judiciais, conforme a condução de processos participativos, com o apoio e o suporte dos respectivos tribunais ou de conselhos dos segmentos, quando houver, para sua realização.

Sobre a proposta inicial de metas, Vinicius Lopes informou que o CNJ comunicou que a segunda reunião preparatória para as metas nacionais ocorrerá nos dias 28 e 29/08/2023 de maneira presencial.

Vinicius Lopes apresentou o Plano de Ação para elaboração das Metas Nacionais 2024, Cronograma aprovado pelos representantes dos subcomitês, em seguida apresentou os seguintes slides.

Meta1

➤ **META NACIONAL 1**

OBJETIVO: Julgar mais processos que os distribuídos.

DESCRIÇÃO: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados.

QUESTIONÁRIO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais anos anteriores, com adaptação ao uso dos parâmetros do DATAJUD.

CRITÉRIO DE CUMPRIMENTO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

FÓRMULA DE CÁLCULO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

OBSERVAÇÕES: Na votação prévia com o ramo da Justiça Estadual obtivemos o seguinte resultado:

- a) 100% dos Tribunais Estaduais são favoráveis à manutenção da Meta para 2024;
- b) 86% dos Tribunais entendem que os critérios da Meta devem ser mantidos.

ATA DE REUNIÃO

Meta 2

➤ META NACIONAL 2

DESCRIÇÃO: Julgar processos mais antigos.

OBJETIVO: Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos:

- a) No 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020;
- b) No 2º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021;
- c) Nos Juizados Especiais e Turmas Recursais, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021.

QUESTIONÁRIO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais anos anteriores, com adaptação ao uso dos parâmetros do DATAJUD.

CRITÉRIO DE CUMPRIMENTO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

FÓRMULA DE CÁLCULO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

OBSERVAÇÕES: Na votação com o ramo da Justiça Estadual obtivemos o seguinte resultado:

- a) 100% dos Tribunais Estaduais são favoráveis à manutenção da Meta para 2024;
- b) 71% dos Tribunais entendem que os critérios da Meta devem ser mantidos;
- c) 67% dos Tribunais se mostraram favorável à proposta de mudança apresentada pelo CNJ durante a 1ª Reunião Preparatória para o 17º Encontro Nacional, no sentido da Meta 2 fazer referência ao julgamento de 100% dos processos pendentes de julgamento há X anos.

Meta 3

➤ META NACIONAL 3

DESCRIÇÃO: Estimular a conciliação.

OBJETIVO: Aumentar o Indicador de Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1% em relação a 2022. Cláusula de barreira de 15% para o Índice de Conciliação.

QUESTIONÁRIO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais anos anteriores, com adaptação ao uso dos parâmetros do DATAJUD.

CRITÉRIO DE CUMPRIMENTO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

FÓRMULA DE CÁLCULO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

OBSERVAÇÕES: Na votação com o ramo da Justiça Estadual obtivemos o seguinte resultado:

- a) 76% dos Tribunais estadual são favoráveis à manutenção da Meta para 2024;
- b) 71% dos Tribunais entendem que os critérios da Meta devem ser mantidos.



ATA DE REUNIÃO

Meta 4

> META NACIONAL 4

DESCRIÇÃO: Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

OBJETIVO: Identificar e julgar até 31/12/2024, 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2020, em especial corrupção ativa e passiva, peculato geral e concussão.

QUESTIONÁRIO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais anos anteriores, com adaptação ao uso dos parâmetros do DATAJUD.

CRITÉRIO DE CUMPRIMENTO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

FÓRMULA DE CÁLCULO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

OBSERVAÇÕES: Na votação com o ramo da Justiça Estadual obtivemos o seguinte resultado:

- a) 95% dos Tribunais Estaduais são favoráveis à manutenção da Meta para 2024;
- b) 81% dos Tribunais entendem que os critérios da Meta devem ser mantidos.

Meta 5

> META NACIONAL 5

DESCRIÇÃO: Reduzir a Taxa de Congestionamento.

OBJETIVO: Reduzir em 0,5 ponto percentual a Taxa de Congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2022. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.

QUESTIONÁRIO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais anos anteriores, com adaptação ao uso dos parâmetros do DATAJUD.

CRITÉRIO DE CUMPRIMENTO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

FÓRMULA DE CÁLCULO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

OBSERVAÇÕES: Na votação com o ramo da Justiça Estadual obtivemos o seguinte resultado:

- a) 90% dos Tribunais Estaduais são favoráveis à manutenção da Meta para 2024;
- b) 76% dos Tribunais entendem que os critérios da Meta devem ser mantidos;
- c) Apenas 48% dos Tribunais se mostraram favorável à proposta de mudança apresentada pelo CNJ durante a 1ª Reunião Preparatória para o 17º Encontro Nacional, no sentido da Meta 5 tratar da redução em 1% dos processos pendentes líquidos em relação a 2023.



ATA DE REUNIÃO

Meta 8

➤ META NACIONAL 8

DESCRIÇÃO: Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

OBJETIVO: Identificar e julgar, até 31/12/2024, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2022 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2022.

QUESTIONÁRIO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais anos anteriores, com adaptação ao uso dos parâmetros do DATAJUD.

CRITÉRIO DE CUMPRIMENTO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

FÓRMULA DE CÁLCULO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

OBSERVAÇÕES: Na votação com o ramo da Justiça Estadual obtivemos o seguinte resultado:

- a) 95% dos Tribunais Estaduais são favoráveis à manutenção da Meta para 2024;
- b) 86% dos Tribunais entendem que os critérios da Meta devem ser mantidos.

Meta 9

➤ META NACIONAL 9

DESCRIÇÃO: Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

OBJETIVO: Implantar, no ano de 2024, um projeto oriundo do Laboratório de Inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.

QUESTIONÁRIO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais anos anteriores, com adaptação ao uso dos parâmetros do DATAJUD.

CRITÉRIO DE CUMPRIMENTO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

FÓRMULA DE CÁLCULO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

OBSERVAÇÕES: Na votação com o ramo da Justiça Estadual obtivemos o seguinte resultado:

- a) 57% dos Tribunais Estaduais são favoráveis à manutenção da Meta para 2024;
- b) 71% dos Tribunais entendem que os critérios da Meta devem ser mantidos.

ATA DE REUNIÃO

Meta 10

➤ META NACIONAL 10

DESCRIÇÃO: Impulsionar os processos de ações ambientais.

OBJETIVO: Identificar e julgar até 31/12/2024, 30% dos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos até 31/12/2023.

QUESTIONÁRIO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais anos anteriores, com adaptação ao uso dos parâmetros do DATAJUD.

CRITÉRIO DE CUMPRIMENTO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

FÓRMULA DE CÁLCULO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

OBSERVAÇÕES: Na votação com o ramo da Justiça Estadual obtivemos o seguinte resultado:

- a) 86% dos Tribunais Estaduais são favoráveis à manutenção da Meta para 2024;
- b) 76% dos Tribunais entendem que os critérios da Meta devem ser mantidos.

Meta 11

➤ META NACIONAL 11

DESCRIÇÃO: Promover os Direitos da Criança e do Adolescente.

OBJETIVO: Identificar e julgar até 31/12/2024, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2022 nas respectivas instâncias.

QUESTIONÁRIO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais anos anteriores, com adaptação ao uso dos parâmetros do DATAJUD.

CRITÉRIO DE CUMPRIMENTO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

FÓRMULA DE CÁLCULO: O mesmo do Glossário de Metas Nacionais de anos anteriores.

OBSERVAÇÕES: Na votação com o ramo da Justiça Estadual obtivemos o seguinte resultado:

- a) 95% dos Tribunais Estaduais são favoráveis à manutenção da Meta para 2024;
- b) 90% dos Tribunais entendem que os critérios da Meta devem ser mantidos.



ATA DE REUNIÃO

> NOVAS METAS:

Na votação com o ramo da Justiça Estadual obtivemos o seguinte resultado:
90% dos Tribunais Estaduais não possuem propostas de novas Metas para 2024.

Pedro Vivas – Secretário da Secretaria de Planejamento e Orçamento do TJBA, compartilha algumas dúvidas e questionamentos com relação aos processos participativos.

Des. João Simões, Gestor das Metas do TJAM, faz proposta à Rede de Governança.

Des. João Simões diz: V. Exas. podem pensar em alguma coisa na fórmula de cálculos para aqueles que não irão chegar a 100%, e aí não vai cumprir a Meta 1.

João Ornato Benigno Brito - Coordenador de Gestão Estratégica do TJTO, apresenta propostas para metas para 2025 que serão trabalhadas em 2024.

Israel de Freitas Madureira – Analista Estatístico do TJDFT, fala sobre as dificuldades para alcançar a Meta 1.

Ana Carolina Leal, representante do TJPB, concorda com a colocação do Sr. Israel de Freitas Madureira, colocando as dificuldades que o TJPA com relação as varas criminais.

A plateia debate sobre as dificuldades em alcançar a Meta 1.



ATA DE REUNIÃO

Pedro Vivas propõe que, em virtude da complexidade do assunto, por questão de tempo, em virtude da riqueza de informações, o tema seja tratado no âmbito da Rede dos Subcomitês.

Pedro Vivas agradece aos representantes dos subcomitês e encerrou as discussões sobre as metas 2024.



ATA DE REUNIÃO



ATA DE REUNIÃO



5ª AV. DO CAB, Nº 560. SALVADOR/BA - BRASIL - CEP 41.745-971
e-Mail: eppe@tjba.jus.br Portal: www5.tjba.jus.br/estrategia

14

ATA DE REUNIÃO



ATA DE REUNIÃO



ATA DE REUNIÃO



Assinatura de Vinícius F. Cruz





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
R Pref Rosaldo Gomes M Leitão, S/N - Bairro CENTRO CÍVICO -
CEP 80530-210 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

CERTIDÃO

Certifico que promovi a juntada neste expediente eletrônico da Ata de Reunião, por mim rubricada, relativa às discussões sobre a Proposta Inicial de Metas Nacionais de 2024, na data de 11.07 do corrente, ocorridas no Tribunal de Justiça da Bahia, durante a programação do Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa, do segmento da Justiça Estadual, da qual este Tribunal exerce a atual Coordenação do Subcomitê Sul e Nacional.

Curitiba, data gerada pelo sistema.

Vinícius Rodrigues Lopes

Diretor do Departamento de Planejamento

Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná na Rede de Governança Colaborativa



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS RODRIGUES LOPES, Diretor de Departamento**, em 26/07/2023, às 16:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **9366721** e o código CRC **A87261C4**.